

AGENDA 21 BRASILEIRA



AVALIAÇÃO E RESULTADOS

Presidência da República

Presidenta Dilma Rousseff

Vice-Presidente Michel Temer

Ministério do Meio Ambiente - MMA

Ministra Izabella Teixeira

Secretário Executivo Francisco Gaetani

Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental - SAIC

Secretária Samyra Crespo

Chefe de Gabinete Aldenir Paraguassú

Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental – DCRS

Diretor Geraldo Vitor de Abreu

Coordenação Técnica

Erick Aguiar

Maura Machado Silva

Ricardo Carneiro Novaes (consultor)

Ministério do Meio Ambiente

Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental

Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental

Coordenação da Agenda 21

Esplanada dos Ministérios, Bloco B, sala 916, 9º Andar

CEP 70060-900, Brasília/DF

Tel.: 55 61 2028 1372, fax: 55 61 2028 1980

www.mma.gov.br/agenda21

agenda21@mma.gov.br

AGENDA 21 BRASILEIRA



AVALIAÇÃO E RESULTADOS



Apresentação

A Agenda 21 Global até hoje é considerada por aqueles que atuam no campo do desenvolvimento sustentável como um documento de referência que orientou e orienta ainda governos nacionais e locais, bem como outros segmentos sociais (empresas e organizações da sociedade civil, por exemplo) no planejamento e execução de ações que buscam promover um novo paradigma de uso dos ativos ambientais nas sociedades contemporâneas.

Com a proximidade da Rio + 20 – Conferência sobre Desenvolvimento Sustentável no Contexto da Erradicação da Pobreza (junho de 2012), e por ser o Brasil novamente o anfitrião, é natural que se pergunte que frutos deram este importante documento das Nações Unidas que pretendia ser uma espécie de roteiro rumo à sustentabilidade. O próprio momento político, em que o Brasil precisa fazer escolhas fundamentais para sustentar seu crescimento e expandir a sua inserção competitiva em um mundo que experimenta grave crise nos leva a tentar fazer um balanço. Com mais de 500 páginas e 40 capítulos, a Agenda 21 trazia, em 1992, numa conjuntura totalmente outra, muito mais otimista, um elenco de novidades conceituais e propostas de programas e ações, que encantaram os ambientalistas, desafiaram os gestores públicos e conquistaram milhares de militantes em nosso País.

Para enfrentar os desafios da sua implementação, as Nações Unidas recomendaram aos países signatários que criassem conselhos de desenvolvimento e planos de ação nacionais. Em 1997, também no Rio de Janeiro ocorreu a Rio + 5, para avaliar este primeiro impulso de uma nova agenda de desenvolvimento em nível global. Verificou-se ali que a maior parte dos países não tinha conseguido fazer seus planos decolarem.

No Brasil, naquele momento, verificou-se que a Agenda 21 poderia servir como um instrumento eficiente para cumprir dois propósitos: municiar os municípios de ferramentas (planejamento participativo) e diretrizes para a modernização da agenda socioambiental, propondo uma visão mais sistêmica entre as várias dimensões do desenvolvimento.

O segundo propósito era a própria modernização e institucionalização da agenda ambiental no País. Lembremos que a Constituição de 1988 promovia definitivamente um pacto federativo colaborativo e a palavra de ordem era “descentralização” das competências e atribuições, bem como a aplicação do princípio da subsidiariedade. Isso levou à tradução do slogan “pensar globalmente e agir localmente” para o mote “pensar o federal, articular o estadual e agir no municipal”.

Isso explica em grande parte o porque do primeiro programa da Agenda 21 Brasileira, cuja elaboração contou com ampla participação da sociedade brasileira ter se fixado no incentivo às Agendas 21 Locais. Queria-se um Agenda “de baixo para cima” e fortemente ancorada no local, no enfrentamento dos problemas onde eles acontecem.

Tendo como ponto focal o Ministério do Meio Ambiente e como instância aconselhadora a CPDS (Comissão de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável), a Agenda 21 Brasileira (publicada em 2002)

elaborou o Programa de fomento às Agendas 21 Locais, ancorado em um projeto de cooperação técnica entre o Ministério e o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Este projeto durou dez anos e terminou recentemente (2010).

Este foco na promoção de Agendas 21 nos municípios foi uma escolha política consonante com a descentralização e o fomento à participação social na elaboração de políticas públicas voltadas para atender às necessidades das pessoas na ponta, onde elas residem e onde os problemas ocorrem de fato. A chamada Agenda 21 Brasileira, que tinha a ambição de “integrar esforços de gestão” e “inspirar” toda a administração pública não foi considerada como programa matricial nos sucessivos PPA(s) que marcaram a última década.

Deveríamos então falar em fracasso? Uma coisa é analisar o conjunto de intenções ali explicitadas e outra coisa é olhar para o que realmente ocorreu no Brasil nos últimos anos. A metáfora do “copo meio cheio ou meio vazio” é perfeita para avaliar o que ocorreu desde não só 1992, mas desde Joanesburgo (2002) e se quisermos, desde 1972 (Estocolmo).

Inegavelmente, tivemos muitos avanços, quer consideremos qualquer dos pilares do desenvolvimento sustentável (o ambiental, o social ou o econômico). Tiramos 40 milhões de pessoas da pobreza e temos hoje um País de classe média, muito diferente em todos os aspectos. Temos políticas e programas consistentes e imitados por outros países para lidar com a população pobre que ainda não tem acesso aos bens e serviços públicos, ou à renda mínima. Temos uma democracia sólida e que aperfeiçoa seus mecanismos de transparência e de participação social.

Temos um dos sistemas de gestão ambiental mais avançados da AL e um arcabouço de leis considerado amplo e moderno. Temos Planos Nacionais robustos e elaborados participativamente, como a Estratégia Nacional de Biodiversidade, como o Plano Nacional da Sociobiodiversidade, como o Plano Nacional de Resíduos Sólidos (derivado da Política Nacional), o Plano de Ação de Consumo Sustentável, e o Plano Nacional do Clima. Avançamos a olhos vistos no financiamento da área ambiental e da sustentabilidade com os fundos do Clima, Amazônia e outra centena que atende a partir dos bancos de desenvolvimento, dos governos federal (FNMA, Fundo dos Direitos Difusos), estaduais e municipais, além daqueles que são geridos pelo setor privado.

A publicação aqui apresentada é um esforço considerável de síntese e de pesquisa no qual se buscou mostrar a “metade cheia do copo”. Aquele conjunto de ações que, pela robustez e pelos resultados que produziu vem colocando o Brasil em posição reconhecida no mundo como um País que cresce, protege e inclui.

Qualquer olhar mais abrangente mostra que aplicamos muitas das diretrizes e executamos de fato muitas propostas da Agenda 21 Brasileira. No foco do Programa da Agenda 21 Local ajudamos a criar centenas de conselhos locais de desenvolvimento sustentável, a institucionalizar a área de gestão ambiental e a fomentar as vocações cívicas. Empresas do porte da Petrobrás, Furnas, Itaipu, de grandes mineradoras, e outras estão aplicando a Agenda 21 Local como modelo de incentivo ao desenvolvimen-

to local integrado e sustentável. Há um reconhecimento geral e promissor no reconhecimento de sua metodologia e das suas possibilidades de engajamento.

O novo Plano Plurianual de Investimentos do Governo Federal, PPA 2012-2015, traz um conjunto de ações que afirmam a importância dessa experiência brasileira.

20 anos depois, temos muita coisa para mostrar, para compartilhar. Esperamos que os leitores possam aproveitar as informações aqui contidas e como nós, olhar com confiança mais informada para os desafios que estão colocados aos brasileiros nos próximos anos.

Samyra Crespo
Secretária de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental



Sumário

Introdução

I - A economia da poupança na sociedade do conhecimento

- Objetivo 1 - Produção e consumo sustentáveis contra a cultura do desperdício
- Objetivo 2 - Eco-eficiência e responsabilidade social das empresas
- Objetivo 3 - Retomada do planejamento estratégico, infra-estrutura e integração regional
- Objetivo 4 - Energia renovável e a biomassa
- Objetivo 5 - Informação e conhecimento para o desenvolvimento sustentável

1

II - Inclusão social para uma sociedade solidária

- Objetivo 6 - Educação permanente para o trabalho e a vida
- Objetivo 7 - Promover a saúde e evitar a doença, democratizando o SUS
- Objetivo 8 - Inclusão social e distribuição de renda
- Objetivo 9 - Universalizar o saneamento ambiental protegendo o ambiente e a saúde

2

III - Estratégia para a sustentabilidade urbana e rural

- Objetivo 10 - Gestão do espaço urbano e a autoridade metropolitana
- Objetivo 11 - Desenvolvimento sustentável do Brasil rural
- Objetivo 12 - Promoção da agricultura sustentável
- Objetivo 13 - Promover a Agenda 21 Local e o desenvolvimento integrado e sustentável
- Objetivo 14 - Implantar o transporte de massa e a mobilidade sustentável

3

IV - Recursos naturais estratégicos: água, biodiversidade e florestas

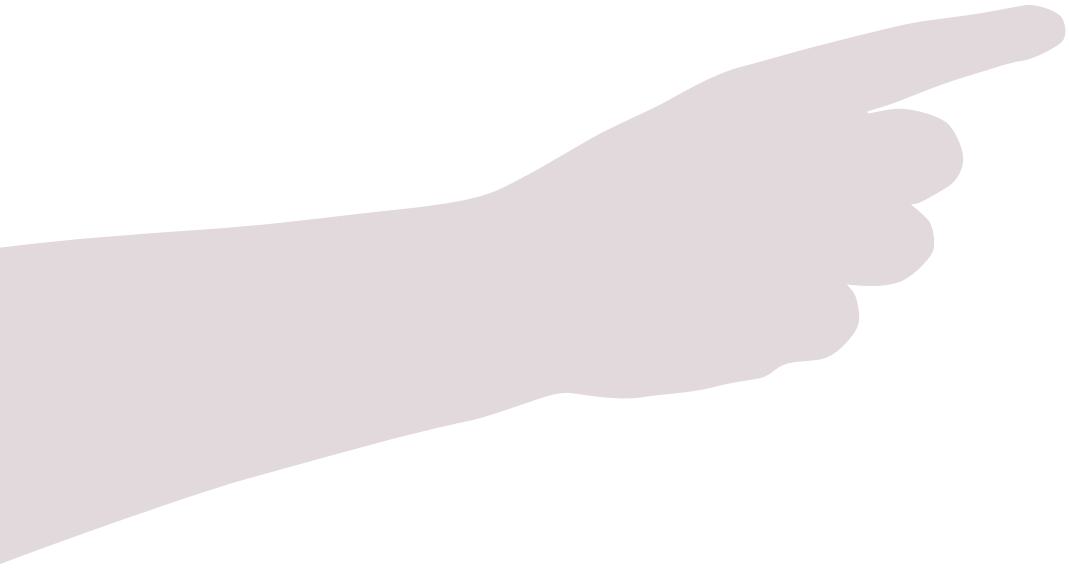
- Objetivo 15 - Preservar a quantidade e melhorar a qualidade da água nas bacias hidrográficas
- Objetivo 16 - Política florestal, controle do desmatamento e corredores de biodiversidade

4

V - Governança e ética para a promoção da sustentabilidade

- Objetivo 17 - Descentralização e o pacto federativo: parcerias, consórcios e o poder local
- Objetivo 18 - Modernização do Estado: gestão ambiental e instrumentos econômicos
- Objetivo 19 - Relações internacionais e governança global para o desenvolvimento sustentável
- Objetivo 20 - Cultura cívica e novas identidades na sociedade da comunicação
- Objetivo 21 - Pedagogia da sustentabilidade: ética e solidariedade

5



Introdução

A Agenda 21 é sem dúvida um dos grandes legados da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992.

Tendo os 179 Países participantes da Conferência como signatários, a Agenda 21 Global pode ser definida como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. O documento recomenda que todos os Países elaborem suas estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável. Em seus 40 capítulos, a Agenda 21 permanece atual e mantém seu caráter de referência para os programas de desenvolvimento. No Brasil, a implementação da Agenda 21, por meio da Comissão de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 (CPDS), e a construção das Agendas 21 Locais e de Planos de Desenvolvimento Local Sustentável são demonstrações da atualidade e da importância desse documento para o enfrentamento dos desafios do desenvolvimento sustentável.

A construção e condução da Agenda 21 Brasileira

O **Brasil**, como um dos signatários da Agenda 21 Global, assumiu compromisso junto à comunidade internacional e investiu recursos na elaboração de sua agenda nacional e no fomento das ações locais. A elaboração da Agenda 21 Brasileira teve início em 1997, com a criação – por decreto presidencial – da Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 (CPDS), comissão paritária formada por membros do Governo Federal e da sociedade civil, com a finalidade de propor estratégias de desenvolvimento sustentável e coordenar, elaborar e acompanhar a implementação da Agenda 21 Brasileira.

Após um longo processo participativo iniciado em 1999, envolvendo consultas temáticas e aos Estados da federação e encontros regionais, contando com a participação estimada de 40 mil pessoas em todo processo, a **Agenda 21 Brasileira** foi lançada em julho de 2002. O documento representa uma plataforma de ações prioritárias com 21 objetivos divididos em cinco blocos. O texto descreve políticas, recomendações de ações e medidas (inclusive legais e institucionais).

Após a finalização do documento Agenda 21 Brasileira, a CPDS foi revisada e expandida pelo Decreto Presidencial de 3 de fevereiro de 2004, mantendo a paridade entre Governo Federal e sociedade civil. Seu objetivo principal é de “propor estratégias de desenvolvimento sustentável” (art. 1º). Dentre suas competências estão: “coordenar e acompanhar a implementação e as revisões periódicas da Agenda 21 Brasileira” (art. 2º, II); “propor ao Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e a outros órgãos colegiados a discussão de estratégias, programas e instrumentos de ações da Agenda 21” (art. 2º, V); “acompanhar a elaboração e avaliação da implementação do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei do Orçamento Anual, tendo como referência a Agenda 21 Brasileira e estratégias de desenvolvimento sustentável” (art. 2º VI) e também “subsidiar posições brasileiras nos foros internacionais para o desenvolvimento sustentável e acompanhar a implementação dos respectivos acordos multilaterais” (art. 2º, IX).



Os cinco blocos são:

- i) a economia da poupança na sociedade do conhecimento;
- ii) inclusão social para uma sociedade solidária;
- iii) estratégias para a sustentabilidade urbana e rural;
- iv) recursos naturais estratégicos: água, biodiversidade e florestas; e
- v) governança e ética para a promoção da sustentabilidade.

A Agenda 21 Brasileira foi elaborada para ter papel particularmente destacado na concepção e na coordenação da execução de “uma nova geração de políticas públicas”, que venham a reduzir o quadro de desigualdades e discriminações sociais prevaletentes no País, levando a uma melhoria dos componentes do desenvolvimento humano. Nesse sentido, a Agenda 21 Brasileira busca ser um documento que extrapola a preocupação com a dimensão eminentemente ambiental, constituindo-se então como um marco de referência para um modelo de desenvolvimento sustentável. Tal desenvolvimento pressupõe um processo de inclusão social, com uma vasta gama de oportunidades e opções para as pessoas, zelando-se para que as formas de apropriação e de uso dos recursos naturais não comprometam os níveis de bem-estar das gerações futuras.

Ao mesmo tempo nossa Agenda 21 afirma que o avanço da cultura da sustentabilidade somente será possível a partir de novas formas de cooperação e diálogo entre os vários atores sociais na implementação de suas ações prioritárias, que não são obra de um ou de outro setor de forma isolada. Os diversos segmentos da sociedade devem estar unidos, aliados para alcançar eficácia nas ações projetadas solidariamente sabendo que, para tal, muitos conflitos políticos e tensões sociais terão de ser enfrentados, equacionados e superados.

A Agenda 21 Brasileira reconhece, ainda, que é indispensável o papel do Estado na construção do processo de desenvolvimento sustentável no Brasil. O Estado deve servir como gestor dos interesses das futuras gerações, por meio de políticas públicas que utilizem mecanismos regulatórios ou de mercado, adaptando a estrutura de incentivos a fim de garantir o uso racional de nossos recursos e, portanto, condições satisfatórias de vida para esta e para as futuras gerações.

Em consonância a esse princípio, conforme se verá ao longo deste documento, a preocupação com a sustentabilidade se encontra internalizada nos diversos órgãos da administração federal, com um amplo conjunto de políticas públicas voltadas à inclusão social, ao bem-estar das populações presentes e futuras, e a o uso sustentável dos recursos naturais.

A condução da Agenda 21 Brasileira conta com o protagonismo do Ministério do Meio Ambiente, que exerce a presidência da CPDS e, por meio da Coordenação da Agenda 21, sua secretaria executiva. Hoje a Coordenação da Agenda 21, vinculada à Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do MMA, além de monitorar o processo de implantação da Agenda 21 Brasileira, desenvolve ações no âmbito da elaboração e implementação das Agendas 21 Locais.

Dentro da atribuição da Coordenação da Agenda 21 de acompanhar e avaliar o processo de implementação da Agenda 21 Brasileira é que se situa esse documento. Para tanto, no próximo bloco serão apresentados, à luz dos 21 objetivos presentes na Agenda 21 Brasileira, algumas ações e políticas públicas federais que se destacam, ilustrando os esforços do governo brasileiro na construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e sustentável.

No terceiro e último bloco são apresentadas as principais conclusões deste balanço e as recomendações para a superação dos desafios.

A economia da poupança na sociedade do conhecimento



objetivo 1

PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS CONTRA A CULTURA DO DESPERDÍCIO

Em 2012, passados vinte anos da publicação da Agenda 21 Global e dez anos da AG21 Brasileira, o enfrentamento à problemática da produção e do consumo em padrões insustentáveis – altamente intensivos em recursos naturais e frequentemente ineficientes em seu uso – se mostra uma questão incontornável.

Nesse cenário, a inserção de parcelas crescentes da humanidade a níveis adequados de bem-estar social, ambiental e econômico está condicionada a uma revisão destes padrões.

No caso brasileiro, o expressivo período de crescimento econômico, alicerçado pelas políticas de combate à exclusão e desigualdade, teve reflexos diretos na geração de empregos e no aumento da renda média dos trabalhadores, gerando forte aumento do consumo de bens e serviços. Tal trajetória nos coloca o desafio premente e incontornável da incorporação definitiva da noção de sustentabilidade socioambiental ao ciclo de desenvolvimento.

Frente à necessidade de conscientizar e mobilizar os diversos atores da sociedade brasileira para a adoção de novos padrões de produção e consumo, um amplo conjunto de esforços tem se realizado ao longo das últimas duas décadas. Tais estratégias privilegiam o emprego de tecnologias limpas, a utilização racional dos recursos naturais, a redução da geração de resíduos e o incentivo à certificação da cadeia produtiva a partir da adoção de princípios e critérios socioambientais.

A promoção e o apoio a padrões sustentáveis de produção e consumo estão incluídos como diretrizes da **Política Nacional de Mudança do Clima** e do **Plano Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC)**, lançado em dezembro de

2009 para atender os compromissos brasileiros no âmbito da Convenção-Quadro da Mudança do Clima (UNFCCC, sigla em inglês). O PNMC volta - se principalmente para as ações governamentais e do setor produtivo, com foco na redução das emissões de gases de efeito estufa resultantes do desmatamento e dos macro setores de energia e transportes.

Mais recentemente, com a publicação do **Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS)** ao final de 2011, foi enfatizado o papel do consumidor na demanda por produtos e serviços mais sustentáveis ao longo de toda cadeia produtiva, bem como na responsabilidade individual e coletiva dos cidadãos brasileiros. A missão do **PPCS** é fomentar políticas, programas e ações de consumo e produção sustentáveis no País, voltadas a ampliar as soluções para problemas socioambientais, consoante com as políticas nacionais visando à erradicação da miséria, a redução de emissões de gases de efeito estufa e ao desenvolvimento sustentável e com os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, sobretudo com as diretrizes do Processo de Marrakech.

O Plano traz um leque de ações estratégicas, envolvendo e valorizando a participação de todos os segmentos, ordenadas em seis prioridades: Educação para o Consumo Responsável; Compras Públicas Sustentáveis; Agenda Ambiental na Administração Pública; Aumento da Reciclagem; Varejo Sustentável e Construções Sustentáveis.

A conjugação dessas duas políticas – PNMC e PPCS – explicita a determinação do governo e da sociedade brasileira em enfrentar esse desafio.

Processo de Marrakech

Em 2002, na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em Johannesburgo, quando se fez um balanço da década, ficou patente que a questão do consumo não tinha evoluído na maioria dos países. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (UNDESA, sigla em inglês), foram indicados para liderar um processo de mudança. Em 2003, Marrakech, no Marrocos, sediou a primeira reunião que lançou a iniciativa conhecida como Processo de Marrakech, que visa dar aplicabilidade e expressão concreta ao conceito de Produção e Consumo Sustentáveis (PCS). Solicita e estimula que cada país membro das Nações Unidas e participante do programa desenvolva seu plano de ação, o que será compartilhado com os demais países em nível regional e global, gerando subsídios para a construção do Marco Global para Ação em Consumo e Produção Sustentáveis.



Produção Sustentável



É a incorporação, ao longo de todo o ciclo de vida de bens e serviços, das melhores alternativas possíveis para minimizar custos ambientais e sociais. Acredita-se que esta abordagem preventiva melhore a competitividade das empresas e reduza o risco para saúde humana e meio ambiente. Vista numa perspectiva planetária, a produção sustentável deve incorporar a noção de limites na oferta de recursos naturais e na capacidade do meio ambiente para absorver os impactos da ação humana.

Consumo Sustentável

É “o uso de bens e serviços que atendam às necessidades básicas, proporcionando uma melhor qualidade de vida, enquanto minimizam o uso dos recursos naturais e materiais tóxicos, a geração de resíduos e a emissão de poluentes durante todo ciclo de vida do produto ou do serviço, de modo que não se coloque em risco as necessidades das futuras gerações”.



Para saber mais:

Lei 12.187/2009 - Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112187.htm

Plano Nacional sobre Mudança do Clima, PNMC:

http://www.mma.gov.br/estruturas/smcq_climaticas/_arquivos/plano_nacional_mudanca_clima.pdf

Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS):

<http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=234&idMenu=1225>

objetivo 2

ECO-EFICIÊNCIA E RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS

No balanço dos dez anos da AG21 Brasileira fica patente o crescente compromisso da sociedade brasileira em relação à eco-eficiência e à responsabilidade socioambiental.

Na esfera privada há de se destacar o progressivo engajamento do setor produtivo com os objetivos do desenvolvimento sustentável, com crescente adesão aos chamados mecanismos voluntários, tais como os **relatórios de sustentabilidade** (por exemplo o *Global Report Initiative - GRI* e o *Greenhouse Protocol*), pactos

Outra importante convergência entre os setores público e privado visando a eco-eficiência tem se dado através do **Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL**, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia. O **PROCEL**, com ações diretas junto aos setores da indústria, de edificações, de saneamento ambiental, de educação, de iluminação pública, residencial, de gestão energética municipal, etiquetagem, incluindo o Selo PROCEL, dentre outros, possibilitou, entre 1985 e 2007, economia



Fonte: Banco de imagens SRHU/MMA

setoriais relacionados à redução das emissões e proteção à biodiversidade, e a ampliação das **certificações** baseadas em princípios e critérios socioambientais. Também tem sido animadora a resposta do setor empresarial às demandas de redução do impacto das embalagens, dos resíduos sólidos gerados na fonte e nas responsabilidades pela logística reversa, no âmbito da **Política Nacional de Resíduos Sólidos**.

de 28,5 TWh, reduzindo a demanda na ponta em aproximadamente 8.000 MW, e evitando a emissão de cerca de 8 milhões de tCO₂. Na frente educativa, entre 2003 e 2010, o subprograma Procel Educação atendeu 10.314 escolas e capacitou 70,1 mil professores sobre o tema da conservação de energia, promovendo a sensibilização de mais de 9,1 milhões de alunos do Ensino Fundamental.

No tocante à esfera pública merece destaque a disseminação da **Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)**, ação voluntária que promove a adoção de novos padrões de produção e consumo, sustentáveis, nas três esferas do governo. A **A3P** tem como objetivos principais sensibilizar os gestores públicos para as questões socioambientais; estimular a incorporação de critérios para gestão social e ambiental nas atividades públicas; promover a economia de recursos naturais e redução de gastos institucionais; e contribuir para a revisão dos padrões de produção e consumo, e na adoção de novos referenciais, no âmbito da administração pública, levando à economia de recursos naturais e à redução de gastos institucionais. Apesar de existir desde 1999, a A3P foi ampliada e estruturada somente a partir de 2007, sendo que, de 2008 a 2009 foi duplicado o número de instituições que oficializaram a sua adesão ao programa. Hoje, são mais de 150 órgãos da administração pública que já possuem o Termo de Adesão a A3P.

Também focado na Administração pública e priorizado no Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS), o Programa **“Compras Públicas Sustentáveis”** que teve o seu decreto assinado pela Presidenta Dilma Rousseff, no dia 05 de junho de 2012, visa à contratação preferencial de bens e serviços ecologicamente sustentáveis ou de menor impacto ambiental e ao incentivo de práticas de redução de impactos ambientais na produção e consumo de bens e serviços nas contratações públicas, para empresas identificadas com a responsabilidade ambiental e social, dentre outros. Além disso, objetiva estabelecer uma política continuada de uso do poder de compra do Estado para o desenvolvimento sustentável, de modo a gerar emprego e distribuir renda, apoiar minorias, proteger o meio ambiente, fomentar a inovação tecnológica, reduzir as desigualdades regionais, incentivar a economia local e melhorar a competitividade internacional da economia brasileira. Importante resultado deste programa foi a publicação da Instrução Normativa nº 1/2010 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal.

Outro bom exemplo de preocupação com a eco-eficiência internalizado nas políticas públicas é a adoção do **Sistema de Aquecimento Solar de Água no Programa Minha Casa, Minha Vida**, o qual, em sua fase II, pretende construir 2 milhões de casas e apartamentos até 2014.

Prêmio Melhores Práticas da A3P

A Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P é uma experiência ambiental inovadora que tem importante papel na institucionalização da Responsabilidade Socioambiental (RSA) na administração pública. Para promover a RSA, O MMA criou o Prêmio Melhores Práticas da A3P com o objetivo de dar visibilidade e reconhecer o mérito das iniciativas dos órgãos e instituições do setor público. Na última edição da premiação, foram selecionadas as melhores práticas em 3 categorias temáticas: Gestão de Resíduos, Uso Sustentável dos Recursos Naturais e Inovação da Gestão Pública.



Vencedores do 3º Prêmio A3P



Caixa Econômica Federal
Logística Reversa de Cartuchos de Impressora



Eletrobras Eletronorte
Programa Educacional para Uso Racional de Energia nas escolas públicas de Tucuruí (PA)



Procuradoria Regional da República da 1ª Região
Projeto Lixo Mínimo – Destinação adequada de resíduos orgânicos

Para saber mais:

Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL:

<http://www.eletrobras.com/elb/procel/main.asp>

Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P):

<http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=36>

Programa de Compras Públicas Sustentáveis:

<http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/wp-content/uploads/2010/06/Cartilha.pdf>

objetivo 3

RETOMADA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, INFRA-ESTRUTURA E INTEGRAÇÃO REGIONAL

A preocupação com o desenvolvimento e com a redução das disparidades regionais foi também objeto de importantes programas estruturantes ao longo da última década. A **Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)**, criada em 2003 e institucionalizada em 2007, inaugurou uma estratégia de enfrentamento das desigualdades brasileiras a partir da movimentação das economias das regiões, respeitando suas diferenças e fortalecendo sua base social, favorecendo a construção de arranjos institucionais e financeiros que balizaram inúmeras ações e programas. Investimentos maciços foram viabilizados pela participação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO), e dos Fundos de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e do Nordeste (FDNE).

Um importante instrumento de ordenamento territorial, associado à Política Nacional do Meio Ambiente, que merece ser destacado é o **Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE)**. Municípios, Estados da federação e órgãos federais têm executado ZEEs e avançado na conexão entre os produtos gerados e os instrumentos de políticas públicas, com o objetivo de efetivar ações de planejamento ambiental territorial. O ZEE pretende ser uma referência para as políticas públicas e ter capacidade de oferecer soluções alternativas para conflitos de uso dos recursos e ocupação do

território, subsidiando a elaboração de políticas territoriais e orientando os tomadores de decisão na adoção de políticas convergentes com as diretrizes de planejamento estratégico do País. O Governo Federal priorizou a realização do ZEE em regiões e áreas que apresentam maior incidência de conflitos e problemas socioambientais, como a bacia do rio São Francisco, os núcleos de desertificação do Semiárido e a Amazônia Legal. Em dezembro de 2010, após um amplo processo de elaboração que envolveu 15 ministérios, os Estados da região e a sociedade civil, foi aprovado por decreto presidencial o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal.

Como mais um exemplo exitoso de planejamento territorial focado na sustentabilidade temos o **Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima (Projeto ORLA)**. Iniciado em 2001, o **ORLA** busca o ordenamento dos espaços litorâneos, fluviais e estuarinos, aproximando as políticas ambiental e patrimonial, com ampla articulação entre as três esferas de governo e a sociedade. Cobre hoje cerca de 25% dos municípios costeiros e conta com quinze Comissões Técnicas Estaduais institucionalizadas ou em processo de formalização. Em articulação direta com os Estados costeiros foram estabelecidas diretrizes iniciais para elaboração de zoneamentos estaduais e para a integração destes com as macrodiretrizes de ocupação territorial.



objetivo 4

ENERGIA RENOVÁVEL E A BIOMASSA

Esse objetivo explicita uma das grandes conquistas da sociedade brasileira no tocante à sustentabilidade, com relevantes acúmulos desde a publicação da AG21 Brasileira em 2002. Com o conjunto de medidas tomadas ao longo dos últimos anos, a matriz energética brasileira manteve-se como uma das mais limpas do mundo, com cerca de 46% de fontes renováveis. Com relação à energia elétrica, a proporção de fontes renováveis em nossa matriz é ainda mais relevante, alcançando aproximadamente 90% da geração.

Na última década a indústria sucroalcooleira superou o setor hidrelétrico e se consolidou como principal fonte de energia renovável. A partir de 2003, com o lançamento dos veículos de tecnologia bicombustível (*flex-fuel*) na frota veicular brasileira, a cadeia produtiva fortaleceu-se de forma expressiva. Em 2008, o consumo interno desse biocombustível ultrapassou o da gasolina e passou a ser o principal combustível utilizado por veículos leves no País. Dois anos depois, a frota de veículos bicombustível atingiu a marca de 11 milhões de carros, sendo que nove em cada dez automóveis novos eram fabricados com essa tecnologia.

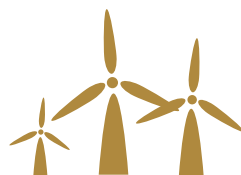
O Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) introduziu o combustível na matriz energética brasileira, tendo seu lançamento oficial em dezembro de 2004. Dessa forma, o PNPB institucionalizou a base normativa para a produção e comercialização do biodiesel no País, envolvendo

a definição do modelo tributário para este novo combustível e o desenvolvimento de mecanismos para inclusão da agricultura familiar na cadeia produtiva do biodiesel, identificado pelo Selo Combustível Social.

A criação do **Plano Nacional de Agroenergia** (2005), que estabeleceu as diretrizes para a pesquisa e inovação tecnológica em agroenergia, foi fator importante para que o setor alcançasse esse bom nível de desenvolvimento. Decisiva foi também a criação, em 2008, do **Programa Desenvolvimento da Agroenergia** e sua inclusão no Plano Plurianual 2008-2011 como instrumento para promover a integração dos esforços das diferentes áreas de governo ligadas ao tema.

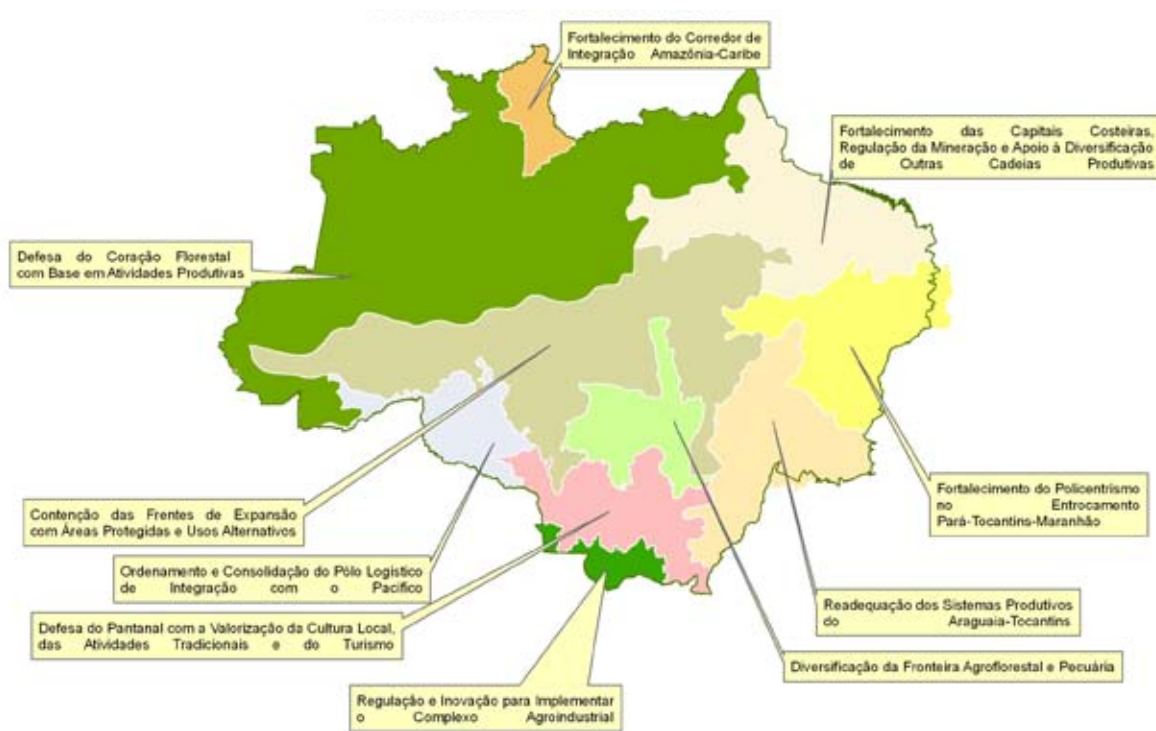
Para garantir a sustentabilidade da expansão das cadeias produtivas agroenergéticas, foram realizados o **Zoneamento Agroecológico da Cana-de-açúcar (ZAE Cana)** e da Palma e o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para diversas culturas oleaginosas, bem como para o eucalipto, principal alternativa de produção de carvão vegetal e lenha.

O ZAE Cana tratou-se de um criterioso estudo do clima e do solo das regiões brasileiras, a fim de orientar a expansão sustentável da produção de cana-de-açúcar e os investimentos no setor sucoenergético, excluindo áreas com vegetação nativa; áreas para cultivo nos biomas como a Amazônia, Pantanal e Bacia do Alto Paraguai.



Macrozoneamento da Amazônia Legal

Unidades Territoriais



ZEE - Zoneamento Ecológico-Econômico



O ZEE é um instrumento para planejar e ordenar o território brasileiro, harmonizando as relações econômicas, sociais e ambientais que nele acontecem. Demanda um efetivo esforço de compartilhamento institucional, voltado para a integração das ações e políticas públicas territoriais, bem como articulação com a sociedade civil, congregando seus interesses em torno de um pacto pela gestão do território. O ZEE é ponto central na discussão das questões fundamentais para o futuro do Brasil como, por exemplo, a questão da Amazônia, do Cerrado, do Semi-árido Brasileiro, dos Bio-combustíveis e das Mudanças Climáticas.





O ZAE Cana priorizou a produção em regiões degradadas ou de pastagem e definiu que a expansão sustentável da produção de açúcar e biocombustíveis deveria observar a proteção do meio ambiente, a conservação da biodiversidade, a utilização racional dos recursos naturais, a função social da propriedade, a promoção do desenvolvimento, a valorização da cana-de-açúcar como um recurso energético e o respeito à segurança alimentar e à nutrição adequada como direitos fundamentais do ser humano.

Para saber mais:

Plano Nacional de Agroenergia:

http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Ministerio/planos%20e%20programas/PLANO%20NACIONAL%20DE%20AGROENERGIA.pdf

Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB):

<http://www.mme.gov.br/programas/biodiesel/>

Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar:

http://www.cnps.embrapa.br/zoneamento_cana_de_acucar/ZonCana.pdf



objetivo 5

INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Ao longo da última década, a trajetória rumo à construção de um modelo de desenvolvimento sustentável e inclusivo tem sido acompanhada, estrategicamente, pelo aumento nos investimentos na geração de conhecimento e na formação de capital humano, requisitos fundamentais para tal transição.

Na área de Ciência e Tecnologia podemos destacar um amplo conjunto de iniciativas voltadas à sustentabilidade:

- Para o setor de energia, foi criado o **Programa de Desenvolvimento Tecnológico do Biodiesel**, que contribuiu para a inserção do biodiesel na matriz energética brasileira. Ao mesmo tempo, foram ampliados os esforços de pesquisa e desenvolvimento da cadeia produtiva do bioetanol, com o objetivo de manter a liderança do Brasil no mercado global de biocombustíveis, tendo como marcos a criação do **Laboratório Nacional de Ciência e Tecnologia do Bioetanol (CTBE)**, e a formação da **Rede Interuniversitária para o Desenvolvimento do Setor Sucroalcooleiro (Ridesa)**. As pesquisas sobre outras energias renováveis, como eólica, solar e hidráulica, também receberam apoio oficial.

- Aumentaram também expressivamente as pesquisas sobre os recursos naturais do Brasil. Foram expandidos os estudos da biodiversidade na Amazônia, no Semiárido e na Mata Atlântica. Realização relevante foi a criação da **Rede de Cooperação em Ciência e Tecnologia para Conservação e Uso Sustentável do Cerrado (ComCerrado)**, que passou a dar apoio a 11 instituições de pesquisa sobre o tema. Foram estruturadas outras duas redes de pesquisas regionais, a **Rede de Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia Legal (Rede Bionorte)**, integrando os nove Estados da Amazônia Legal, e a **Rede Centro-Oeste de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação (Pró-Centro-Oeste)**, integrando os três Estados da região e o Distrito Federal. Foi implantada ainda uma unidade de pesquisa para o desenvolvimento de conhecimento e tecnologia voltados para as condições específicas do bioma pantaneiro, o **Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal (INPP)**.

- O **Programa de Ciências do Mar**, por sua vez, surgiu para implementar pesquisas marinhas em âmbito nacional, agregando e apoiando instituições de ensino e pesquisa nos variados ramos desse campo do conhecimento.

- Criado em 2007, o **Programa Nacional de Mudanças Climáticas** visou o aprofundamento do conhecimento sobre o fenômeno, identificando os impactos no território brasileiro e subsidiando políticas públicas de enfrentamento do problema.

- Também com o objetivo de expandir a capacidade de Pesquisa e Desenvolvimento do Brasil em **Mudanças Climáticas Globais**, visando identificar impactos e subsidiar políticas públicas de adaptação e mitigação, implantou-se em 2009 a **Rede Clima**, envolvendo a participação de 136 grupos de pesquisa de 76 instituições de todo o País.

- De modo a promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional foi criado o **Programa Ciência Sem Fronteiras**, fruto de esforço conjunto dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC). O Programa prevê a utilização de até 75 mil bolsas



de estudo em quatro anos visando promover o intercâmbio, de alunos de graduação e pós-graduação no exterior, com a finalidade de manter contato com sistemas educacionais competitivos em relação à tecnologia e inovação em áreas prioritárias, entre as quais: Ciências Biomédicas; Produção Agrícola Sustentável; Energias Renováveis; Biotecnologia; Tecnologias de Prevenção e Mitigação de Desastres Naturais; Biodiversidade e Bioprospecção; e Ciências do Mar.

Concomitante a tais avanços, o período entre as duas Conferências viu o Brasil instituir e consolidar sua Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9.795 de 1999 e Decreto 4.281 de 2002). O **Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA)** visa assegurar, no âmbito educativo, a integração equilibrada das múltiplas dimensões da sustentabilidade - ambiental, social, ética, cultural, econômica, espacial e política - ao desenvolvimento do País, resultando em melhor qualidade de vida para toda a população brasileira, por intermédio do envolvimento e participação social na proteção e conservação ambiental e da manutenção dessas condições ao longo prazo. O programa é resultado de processo de Consulta Pública, realizado em setembro e outubro de 2004, que envolveu mais de 800 educadores ambientais de 22 Unidades Federativas do País, configurando um processo de construção participativa do Programa e ao mesmo tempo promovendo a apropriação do ProNEA pela sociedade.



Fonte: Ricardo Rosado Maia/Banco de Imagens IBAMA

Como ilustrativo das estratégias e programas, podemos citar:

- O **Projeto Sala Verde**, que consiste no incentivo à implantação de espaços socioambientais para atuarem como potenciais Centros de Informação e Formação Ambiental;
- A formulação do **Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar**, proposta voltada para a capacitação, sensibilização e mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais nas questões referentes ao meio ambiente e à produção agroecológica;

- O fomento à criação de **Coletivos Educadores**, conjuntos de instituições que atuam em processos formativos permanentes, participativos, continuados e voltados à totalidade e diversidade de habitantes de um determinado território;
- A elaboração da **Estratégia Nacional de Educação Ambiental em Unidades de Conservação** (e seus entornos) – **ENCEA**;
- **Circuito Tela Verde**, mostra nacional de produções audiovisuais sobre a temática socioambiental;
- Apoio ao **Programa Nacional de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento** – **PEAMSS**, que busca fortalecer e apoiar o desenvolvimento das iniciativas de educação ambiental e mobilização social em saneamento.



Fonte: Banco de Imagens ASCOM/MMA

Para saber mais:

Rede de Cooperação em Ciência e Tecnologia para Conservação e Uso Sustentável do Cerrado:
<http://www.redecomcerrado.net>

Rede de Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia Legal:
<http://www.bionorte.org.br>

Rede Clima:
<http://www.ccst.inpe.br/redeclim>

Programa Ciência Sem Fronteiras:
<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf>

Programa Nacional de Educação Ambiental:
<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/pronea3.pdf>

Programa Nacional de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento:
http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNSA/Arquivos_PDF/CadernoMetodologico.pdf

Inclusão social para uma sociedade solidária





A Constituição de 1988 consolidou a educação como um direito universal de todos os brasileiros. Na década seguinte, o País começou a superar a histórica exclusão de uma grande parcela da população do sistema educacional. O Ensino Fundamental caminhou para a universalização e o Ensino Médio iniciou uma ampla expansão. Entretanto, em 2002, quando da publicação da AG21 Brasileira, o contexto ainda era de exclusão e incapacidade de atender à demanda por mais vagas e por qualidade na educação.

O Governo Federal tem, progressivamente, confrontado as causas estruturais da exclusão por meio de políticas redistributivas e afirmativas, tendo como alvo prioritário os grupos sociais mais vulneráveis. Considerou-se a educação, a partir de então, instrumento de promoção da cidadania, fundamental para reduzir desigualdades e consolidar o desenvolvimento social e econômico do País. A fim de democratizar o acesso e garantir o desenvolvimento e permanência das crianças e adolescentes nas escolas, as ações desenvolvidas pelo Governo Federal buscaram fortalecer um sistema educacional articulado, integrado e gerido em colaboração entre União, Estados e municípios, com recursos progressivos e que conferiu prioridade a todas as etapas da educação – da Creche à Pós-Graduação.

Para promover a viabilidade e a sustentabilidade deste compromisso, foi lançado em 2007 o **Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)**, cujo objetivo foi responder ao desafio de reduzir desigualdades sociais e regionais na educação, buscando o aprimoramento do regime de colaboração federativa e a efetiva participação da sociedade brasileira como

coautora no processo de educação. Articulado ao PDE, o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, estabeleceu 28 diretrizes e um conjunto de metas a serem atingidas por cada escola, cada município e cada Estado, pautadas em resultados de avaliação de qualidade e de rendimento dos estudantes. Todos os entes federados aderiram ao Plano de Metas, alterando uma lógica histórica de convênios unidimensionais e efêmeros para Planos de Ações Articuladas (PAR), de caráter plurianual.

Tal esforço tem sido também acompanhado de um maior aporte de recursos. Na última década os investimentos em educação mais que triplicaram. O investimento público direto em Educação em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), que era de 3,9% em 2000, chegou a 5% em 2009, e o esforço governamental tem sido para alcançar os 7%. O orçamento do Ministério da Educação (MEC) aumentou mais de duas vezes em termos reais, indo de R\$ 27,2 bilhões em 2003 para R\$ 65,2 bilhões em 2010. O total de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) mais que dobrou de 2002 para 2010 – passou de R\$ 37,5 bilhões para R\$ 83,8 bilhões.

O **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)**, autarquia vinculada ao Ministério da Educação, cuja missão é prover recursos e executar ações para o desenvolvimento da educação, visando garantir ensino de qualidade a todos os brasileiros, triplicou o seu orçamento, que passou de R\$ 9,02 bilhões em 2003 para R\$ 27,5 bilhões em 2010 em termos reais. O Programa de Alimentação Escolar (Pnae) e o Programa de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate) também foram ampliados para toda a Educação Básica.

O Pnae viabiliza o fornecimento alimentação escolar para os alunos de toda Educação Básica matriculados em escolas públicas e filantrópicas.

Emenda Constitucional 59/2009, a educação tornou-se obrigatória dos quatro aos 17 anos, abrangendo, portanto, a Educação Pré-Escolar, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio.



Fonte: Banco de Imagens ASCOM/MMA

O Pnate, criado em 2004, custeia despesas com manutenção, reforma, combustível, seguro, licenciamento, impostos e taxas dos veículos ou embarcações utilizados no transporte escolar de alunos da Educação Básica pública residentes em áreas rurais. Também voltado para o transporte escolar, foi criado em 2007 o Programa Caminho da Escola, visando renovar a frota de veículos escolares destinados ao transporte de estudantes matriculados na educação básica da zona rural das redes estaduais e municipais.

O ciclo da Educação Básica brasileira foi redesenhado, ganhando nova configuração. Originalmente, era obrigatório apenas o Ensino Fundamental de 7 a 14 anos, que foi ampliado para nove anos (Lei 11.274/2006), iniciando-se a partir dos seis anos (Lei 11.114/2005). Pela

Praticamente atingido o objetivo de colocar todas as crianças de 7 a 14 anos na escola, a grande preocupação fica centrada na melhoria contínua da qualidade da educação. Essa meta vem sendo galgada através da Política Nacional do Ensino Fundamental, a partir das seguintes estratégias: ampliação do Ensino Fundamental para nove anos de duração; a correção das distorções idade/ciclo/série, ou seja, as repetências e as evasões; a reorganização dos tempos e espaços escolares; a avaliação de desempenho dos alunos (Prova Brasil e Provinha Brasil); e a definição de novas orientações curriculares para o Ensino Fundamental.

O Programa Brasil Alfabetizado atendeu mais de 14 milhões de brasileiros, propiciando que na última década a taxa de analfabetismo entre a população com 15 anos ou mais diminuísse 4 pontos percentuais, caindo de 13,6% para 9,6%.



Taxa de frequência líquida a estabelecimento de ensino da população residente de 6 a 17 anos de idade, por grupos de idade e nível de ensino (%)		
Grandes Regiões Brasileiras	6 a 14 anos, no ensino fundamental	15 a 17 anos, no ensino médio
Brasil	91,1	50,9
Norte	88,9	39,1
Nordeste	89,4	39,2
Sudeste	92,4	60,5
Sul	92,7	57,4
Centro-Oeste	91,5	54,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009



Pessoas de 15 anos ou mais de idade, analfabetas, total e taxa de analfabetismo, por classes de rendimento mensal familiar per capita, segundo as Grandes Regiões - 2009						
Grandes Regiões	Pessoas de 15 anos ou mais de idade, analfabetos					
	Total (1000 pessoas)	Taxa de analfabetismo, por classes de rendimento mensal familiar per capita (salários mínimos) (%)				
		Total (1)	Até 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2
Brasil	14065	9,7	16,4	13,2	6,3	1,4
Norte	1134.	10,6	13,3	12,7	8,0	2,0
Nordeste	7345	18,7	22,0	22,4	11,9	2,4
Sudeste	3568	5,7	9,7	8,7	5,0	1,1
Sul	1.182	5,5	10,4	8,9	4,4	1,1
Centro-Oeste	837	8,0	12,0	11,0	6,9	1,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009

Nota: Pessoas residentes em domicílios particulares, exclusive pensionistas, empregados domésticos e parentes de empregados domésticos.
(1) Inclusive sem rendimento e sem declaração

No tocante à educação profissional e tecnológica, destaca-se a criação dos institutos federais. No espaço de quase um século (de 1909 a 2002), foram implantadas no Brasil 140 escolas técnicas federais, ao passo que nos últimos dez anos foram entregues cerca de 250 novas unidades.

No âmbito do Ensino Superior, houve ênfase na expansão da educação de qualidade, democratização do acesso em instituições públicas e privadas, reformulação da avaliação e das ferramentas de coleta de dados, bem como ampliação da pós-graduação.

O papel decisivo da Educação Superior como pedra fundamental da estrada rumo ao desenvolvimento sustentável levou o governo a implementar programas de ampliação da oferta de vagas e que viabilizassem a permanência dos estudantes. Considerando a necessidade de inclusão de grande percentual da população nesse nível de ensino, as medidas foram adotadas tanto no âmbito do ensino público, quanto nas instituições privadas, tendo sempre como balizador da expansão a qualidade no ensino oferecido.

A pós-graduação foi também fortalecida ao longo da última década. A concessão de bolsas de mestrado e doutorado foi ampliada em mais de duas vezes, com aumento significativo nos seus valores. Acompanhando o crescimento de bolsas, ampliou-se o número de cursos em 64,6%. Como resultado, entre 2002 e 2012 o número de mestre e doutores dobrou, contando o País hoje com 41,3 mil mestres e 13,3 mil doutores.



Para saber mais:

Plano de Desenvolvimento da Educação, PDE:

<http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>

Programa Nacional de Alimentação Escolar, PNAE:

<http://www.fnnde.gov.br/index.php/programas-alimentacao-escolar>

Programa Nacional de Transporte Escolar, PNATE:

<http://www.fnnde.gov.br/index.php/programas-transporte-escolar>

Programa Caminhos da Escola:

<http://www.fnnde.gov.br/index.php/programas-caminho-da-escola>

Programa Brasil Alfabetizado:

http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=86&id=12280&option=com_content&view=article

objetivo 7

PROMOVER A SAÚDE E EVITAR A DOENÇA, DEMOCRATIZANDO O SUS

Em 2002, a política de saúde no Brasil – amparada pela Constituição de 1988 e pelo Sistema Único de Saúde – já se fundamentava nos princípios de universalidade, equidade e integralidade do atendimento ao cidadão. Permaneciam, no entanto, graves obstáculos à sua plena concretização. As precariedades técnicas, financeiras e políticas de Estados e municípios dificultavam a efetivação da gestão descentralizada do sistema em âmbito nacional. Era frágil a articulação entre Governo Federal, Estados e municípios – co-gestores e financiadores do SUS – como também havia dificuldade de integração da assistência básica com o atendimento de média e alta complexidade.

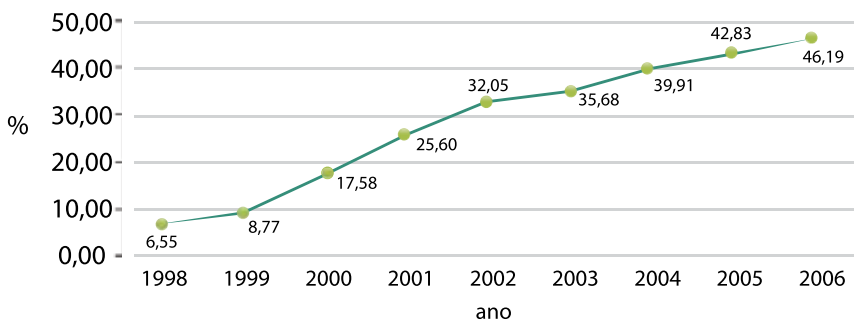
Diante da perspectiva de universalização, os recursos mostraram-se limitados. Entretanto, com o enfrentamento dos problemas estruturais de gestão, registrou-se, na última década, um expressivo crescimento das ações em Saúde nas diferentes áreas de intervenção, desde ações inovadoras em promoção à Saúde até a ampliação significativa do atendimento em diversas áreas de atenção, sobretudo na atenção básica, e também nos serviços de alta complexidade, na vigilância

em Saúde e na imunização. Avançou-se também na regulação sanitária e no segmento suplementar de Saúde. Permanece como desafio a busca de financiamento estável para cumprir o pacto constitucional de universalização da saúde.

Um novo olhar, por fim, se estabeleceu sobre o setor da Saúde no Brasil. A Saúde foi tratada no contexto das políticas sociais e dos direitos de cidadania, e também passou a ser considerada no âmbito do projeto de desenvolvimento nacional, compreendendo as dimensões social, econômica e tecnológica do setor.

No tocante à **atenção básica**, o Programa Saúde da Família - PSF, teve papel destacado na melhoria dos indicadores de saúde no Brasil, na última década. A cobertura aumentou 65% e o número de equipes cresceu de 19 mil para 31,5 mil (até novembro de 2010). A cada ano, 5,8 milhões de pessoas passaram a ser atendidas pelo PSF. Em março de 2010, o Programa já estava presente em 5,26 mil municípios de todas as regiões (94,6% do total), totalizando cerca de 100 milhões de brasileiros com acesso e encaminhamento a consultas e exames, acompanhamento e orientação sobre prevenção de doenças e promoção de saúde.

Evolução da cobertura do Programa Saúde da Família



Fonte: Departamento de Atenção Básica, Secretaria de Atenção à Saúde, Ministério da Saúde, 2008

O maior avanço, entre 2003 e 2009, ocorreu no Nordeste: o Saúde da Família atua em 99,4% dos municípios e beneficia cerca de 38 milhões de pessoas. No final de 2010, o PSF mobilizava diretamente cerca de 240 mil profissionais. Sua disseminação municipal implicou importante efeito positivo na equidade em saúde.

O **Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – Samu 192**, foi criado em setembro de 2003 para reduzir as mortes por acidentes, os períodos de internação e as sequelas por falta de socorro, com equipes treinadas para atendimento 24 horas, que atendem urgências traumáticas, clínicas, pediátricas, neonatais, cirúrgicas, obstétricas e saúde mental. Em março de 2010 já havia 1,9 mil ambulâncias do Samu em circulação em 1,2 mil municípios de todo o Brasil. Há também o suporte de 400 motolâncias, sete ambulanchas e quatro helicópteros, em sete Estados. Dentro desse modelo, as Unidades de Pronto Atendimento – UPAs, unidades de complexidade intermediária, consolidam a integração da assistência de urgência e emergência. Funcionam de modo articulado com o Saúde da Família, a atenção básica, o Samu e as unidades hospitalares. Os pacientes são avaliados de acordo com uma classificação de risco, podendo ser liberados ou permanecer em observação por até 24 horas e, se necessário, removidos para um hospital.

A **redução da mortalidade infantil** se acentuou a partir de 2003, como consequência de diversas iniciativas governamentais: aumento da cobertura vacinal, introdução de novas vacinas, utilização da terapia de reidratação oral, aumento da cobertura de pré-natal e ampliação dos serviços

de saúde. Outros fatores também contribuíram para esses resultados, entre os quais: a redução da fecundidade, a melhoria ambiental e nutricional, o aumento da escolaridade das mães e o maior aleitamento materno. Outra iniciativa que merece destaque é o Pacto pela Redução da Mortalidade Infantil na região Nordeste e na Amazônia Legal. Para reduzir a mortalidade em 5% ao ano, prevê-se a ampliação de 775 leitos de UTI neonatal e 1.446 leitos de Unidade de Cuidados Intermediários (UCI) neonatal.

O **Programa Farmácia Popular do Brasil** teve como objetivo disponibilizar medicamentos a preço de custo. No final de 2010, eram 547 farmácias populares em funcionamento em 422 municípios. Elas atendem, em média, um milhão de pessoas por mês. Até setembro de 2010 foram realizados 50 milhões de atendimentos. São 108 medicamentos disponíveis no programa, que já ofereceu mais de 290 milhões de unidades à população. Atualmente, são 13,1 mil estabelecimentos credenciados em mais de 2,3 mil municípios, beneficiando mais de 130 milhões de habitantes, em uma média de 1,2 milhão de atendimentos por mês.

Prevenção e controle de doenças e agravos: ao longo das últimas duas décadas, vitórias no campo da saúde coletiva vêm sendo colecionadas, tais como a erradicação da poliomielite, a interrupção da circulação autóctone do vírus do sarampo e a transmissão vetorial da doença de Chagas. Há perspectivas de eliminação do tétano neonatal e da raiva humana transmitida por cães; e tendência declinante de casos de difteria, coqueluche e tétano acidental. Importantes medidas foram tomadas, por



exemplo, para o controle da pandemia de Influenza A (H1N1). O Programa Nacional de Imunizações (PNI) vacinou mais de 16 milhões de idosos contra a gripe, o que representou uma cobertura superior a 82% .

DST/AIDS: a implantação do Programa de Prevenção e Controle das Doenças Sexualmente Transmissíveis foi um destaque importante da ação governamental, que possibilita a cerca de 200 mil pessoas que vivem com o HIV/Aids o acesso aos medicamentos antirretrovirais fornecidos na rede pública. Em 2009, foram distribuídos 465,2 milhões de unidades de preservativos masculinos, quantidade três vezes maior que em 2007. Em 2008, foram produzidos na fábrica estatal em Xapuri (AC) cerca de 40 milhões de unidades, também destinadas à distribuição pública. No ano de 2010, foram adquiridos cerca de 1,2 bilhão de unidades a serem entregues na rede pública e pelas organizações da sociedade civil.

Destaca-se, ainda, a atuação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) nas atividades de regulação, normatização, controle e fiscalização no segmento da assistência suplementar à saúde.



Para saber mais:

Sistema Único de Saúde, SUS:

<http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/area/345/entenda-o-sus.html>

Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, SAMU:

http://portal.saude.gov.br/portal/saude/area.cfm?id_area=1787

Programa Saúde da Família, PSF:

http://dab.saude.gov.br/atencao_basica.php

Programa de Prevenção e Controle das Doenças Sexualmente Transmissíveis:

<http://www.aids.gov.br/>

objetivo 8

INCLUSÃO SOCIAL E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Em 2002, ano em que se concluiu o processo de construção da Agenda 21 Brasileira, os indicadores sociais revelavam uma situação bastante grave: havia um total de 55 milhões de brasileiros na pobreza, vivendo com o valor mensal de meio salário mínimo por pessoa, dos quais 24 milhões com menos de 1/4 de salário mínimo, na condição de extrema pobreza. O Brasil era a décima economia do mundo, mas também um dos Países com pior distribuição de renda: o coeficiente de Gini, índice que avalia a desigualdade na distribuição de renda, era o terceiro mais alto entre 110 Países analisados.

A reversão desse quadro tornou-se prioridade para o Governo Federal, a partir de 2003, tendo estabelecido um novo contrato social com metas claras de erradicação da fome, redução da pobreza e crescimento com distribuição de renda e sustentabilidade. O primeiro passo foi o lançamento do programa Fome Zero, estratégia abrangente para promover a segurança alimentar e nutricional e assegurar o direito à alimentação adequada às pessoas com dificuldade de acesso aos alimentos. Formado por um conjunto de programas de diversos ministérios, o **Fome Zero** tinha em sua agenda apoio à agricultura familiar; direito à Previdência Social; complementação de renda para formação educacional adequada das crianças de famílias pobres; ampliação da merenda escolar, atingindo todas as crianças de escolas públicas, inclusive creches; e apoio aos programas de combate à fome criados por governos estaduais, municipais e pela sociedade civil. O segundo passo foi a estruturação de uma ação unificada de transferência de renda: o **Programa Bolsa Família (PBF)**, criado em 2003. O Bolsa Família unificou quatro programas desse tipo existentes: Programa Bolsa Escola, Programa Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão

Alimentação. O modelo de gestão intersetorial do programa, descentralizado e com controle social, inovou ao viabilizar por meio de mecanismos eficientes o acompanhamento da frequência escolar e do cumprimento da agenda de saúde básica pelas famílias beneficiárias. A agenda social que começou a ser implantada em 2003 conciliava as dimensões econômica e social na condução das políticas públicas. O conjunto de ações, somado a outros fatores como o crescimento da economia, a política do salário mínimo e a geração de empregos, possibilitou eliminar pela metade a proporção da população pobre no País em 2005. A criação do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (Mesa) e do Ministério da Assistência Social (MAS), em 2003, já foram indicativos da priorização do tema. Para racionalizar e integrar mais as políticas de proteção e promoção social, ambos os ministérios se juntaram em um único em 2004, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que também congregou a Secretaria Executiva do **Programa Bolsa Família**. O desafio de construir outro modelo de desenvolvimento, a partir de políticas públicas de inclusão social, deu origem à Política Nacional de Assistência Social, que instituiu o Sistema Único de Assistência Social (Suas) e à Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, contendo as bases do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan).

A nova agenda social brasileira conseguiu cortar pela metade a proporção da população pobre no País e também cumpriu a meta assumida em 2005 de reduzir essa proporção para um quarto da população. A fome e a desnutrição em crianças de zero a 4 anos foram estatisticamente eliminadas em 2009.

A partir do Sistema Único da Assistência Social (Suas), o Governo Federal passou a oferecer um



conjunto de serviços e benefícios à população mais pobre de todos os municípios brasileiros, por meio de unidades responsáveis pela procura e acesso das pessoas ao Sistema: no final de 2010, 6.981 Centros de Referência de Assistência Social (Cras) estavam distribuídos em 96,2% dos municípios do País.

Para garantir a segurança alimentar, foram fortalecidos programas de crédito popular como o **Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf)**, que teve seu orçamento triplicado, e criados novos, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Em média 164 mil agricultores familiares por ano foram beneficiados pelo PAA, de 2003 a 2010, com recursos da ordem de R\$ 3,5 bilhões e 3,2 milhões de toneladas de alimentos.

Na compra direta da agricultura familiar, com o fornecimento de leite para entidades sociais e famílias, mais de 700 mil famílias foram beneficiadas. O Brasil tornou-se gradualmente referência mundial no combate à fome.

Além do impacto da transferência direta de renda aos mais necessitados, o que por sua vez favoreceu as economias locais das regiões mais pobres do País, as condicionalidades do Bolsa Família foram estratégias fundamentais para o enraizamento de um amplo leque de políticas sociais nas áreas de educação, saúde e segurança alimentar e nutricional. Como resultado do Bolsa Família, a frequência escolar de crianças de 6 a 17 anos das famílias beneficiárias foi 4,4 pontos percentuais maior do que a de crianças das famílias não beneficiárias. Só na região Nordeste essa diferença foi de 11,7 pontos percentuais a favor das crianças das famílias beneficiárias. A progressão de série escolar para crianças de 6

a 17 anos de famílias beneficiárias foi 6 pontos percentuais a mais, em comparação com famílias não beneficiárias. A condicionalidade em educação do Bolsa Família teve impacto fundamental também na queda da taxa de trabalho infantil no País. O impacto do programa em importantes indicadores de saúde pública relacionados à agenda básica de saúde é também revelador.

A gigantesca operação que tornou possível um sistema que hoje atende cerca de 13 milhões de famílias se baseia no Cadastro Único para Programas Sociais. Formado a partir de diferentes bancos de dados, o Cadastro Único permite saber quem são, onde estão e quais são as necessidades das mais de 20 milhões de famílias vulneráveis do País. Ali se encontram nome, endereço e renda dos cidadãos em situação de risco. A operação e o acompanhamento dos programas voltados aos segmentos populacionais de menor renda tomam por base esse cadastro. Com o Cadastro Único tornou-se possível, também, articular e integrar políticas e programas de forma a beneficiar segmentos específicos. Exemplos disso são os programas como o Tarifa Social de Energia Elétrica, Carteira do Idoso e o programa habitacional Minha Casa, Minha Vida.

Como resultado 28 milhões de brasileiros saíram da pobreza absoluta e 36 milhões entraram na classe média. A concentração de renda também foi reduzida: o índice de Gini, que em 2002 era de 0,589 caiu para 0,510 em janeiro de 2012, menor valor desde que começou a ser medido.

Entretanto, mesmo com este esforço, 16 milhões de brasileiros ainda permanecem na pobreza extrema. São populações ainda não alcançadas pelas políticas de inclusão, como o Bolsa Família, e sem acesso a serviços essenciais



como água, luz, educação, saúde e moradia. Para atender a esse público - localizado em áreas longínquas do nosso território ou em zonas segregadas das grandes cidades – foi criado o **Plano Brasil Sem Miséria**. Entre outras coisas, vai identificar e inscrever pessoas que precisam e ainda não recebem o Bolsa Família. E ajudar quem já recebe a buscar outras formas de renda e melhorar suas condições de vida. Para isso, desenvolveu uma nova estratégia, chamada “Busca Ativa”, e está montando o mais completo Mapa da Pobreza no País.

Para saber mais:

Programa Bolsa Família:

<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>

Plano Brasil Sem Miséria:

<http://www.brasilsemmiseria.gov.br/>



objetivo 9

UNIVERSALIZAR O SANEAMENTO AMBIENTAL PROTEGENDO O AMBIENTE E A SAÚDE

A universalização do saneamento é, sem dúvida, um dos grandes desafios ainda postos ao Brasil.

Em 2002 10,7% dos domicílios urbanos ainda não tinham acesso ao abastecimento de água potável por rede geral com canalização interna e, aproximadamente, um a cada quatro lares não dispunha de redes coletoras de esgotos sanitários ou fossas sépticas. Igualmente, inexistia um marco legal que orientasse as ações do setor e não havia um fluxo constante de investimento.

Para superar esse quadro, foi empreendido, ao longo da última década, um grande esforço de coordenação das iniciativas, fundado no planejamento conjunto e na definição clara das atribuições de cada um dos órgãos atuantes na área. Tal reordenamento institucional foi acompanhado da ampliação das verbas federais voltadas à melhoria das condições de saneamento da população. Em 2007, um novo reforço veio com o **Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)**, que visou aos sistemas de abastecimento de água, ao esgotamento sanitário, ao saneamento integrado, à drenagem urbana e ao manejo de resíduos sólidos urbanos em todo o País.

Segundo apontou a **Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD)**, entre 2002 e 2009, os serviços de abastecimento de água ampliaram-se na área urbana, cuja cobertura saltou de 89,3% para 92,6%. Na zona rural, o resultado foi ainda mais expressivo, passando de 18,3% para 28,9%. No montante final, 10,7 milhões de domicílios passaram a dispor de água potável com canalização interna. Em áreas indígenas, a Funasa registrou uma cobertura de 64,3%. Ao todo, entre 2003 e julho de 2010, R\$ 12,8 bilhões foram destinados

à implantação e à ampliação de sistemas de abastecimento de água em 681 municípios.

Os investimentos em saneamento garantiram que mais 10,7 milhões de domicílios passassem a dispor de água potável com canalização até o final de 2009. No mesmo período, a cobertura da rede coletora de resíduos em esgotos e fossas sépticas cresceu de 76,6% para 80,4% na área urbana e, na rural, de 17,1% para 26,0%. Com isso, 9,7 milhões de casas em 573 municípios passaram a dispor de esgotamento sanitário e, conseqüentemente, de melhores condições ambientais e de saúde. O empreendimento contou com R\$ 13,2 bilhões em investimentos. O quadro de melhorias foi reforçado com a ampliação de 11,3% no tratamento de esgotos, que é uma das principais iniciativas na área de saneamento básico. Segundo o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, o período de 2002 a 2008 registrou um incremento de 11,3% na cobertura do serviço.

As políticas públicas do setor também alcançaram resultados satisfatórios no manejo de resíduos sólidos na área urbana, abrangendo 98,5% das residências em 2009. Ao considerar o total de domicílios que passaram a contar com os serviços, verifica-se a cobertura de 11,1 milhões de novos lares em sete anos.

Quanto ao destino do lixo coletado, a **Pesquisa Nacional de Saneamento Básico** revelou o decréscimo de 30% no envio dos resíduos para lixões entre os anos 2000 e 2008, embora ainda recebam mais da metade dos resíduos sólidos dos municípios. Por outro lado, registrou-se um grande avanço nos programas de coleta seletiva e reciclagem, passando de 451 municípios para 994, no período.



Fonte: Banco de Imagens SRHU/MMA

Avanços relevantes também se deram na instituição de um marco legal para o setor. A Lei 11.445/07 estabeleceu as diretrizes nacionais e instituiu a política federal para o saneamento básico. Entre as principais inovações, destacam-se a extensão do conceito de saneamento básico aos serviços de manejo de águas pluviais e de resíduos sólidos urbanos e a obrigatoriedade do planejamento, da fiscalização e, principalmente, da regulação dos serviços. De modo complementar, em 2010, foi sancionada a Lei que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que estabeleceu o ciclo de prioridades para a gestão desses resíduos, compreendendo a não geração, a redução, o reuso, a reciclagem, o tratamento e a destinação final. Foram previstos, ainda, a elaboração de planos de resíduos sólidos em várias esferas da Administração Pública e do setor privado; a estruturação de cadeias de logística reversa (a fim de retornar mercadorias e embalagens ao setor produtivo após o seu ciclo de vida, tal como hoje já ocorre com pilhas e pneus); a ampliação da cobertura por coleta seletiva; e a instalação de aterros sanitários em todos os municípios do Brasil.





Municípios com algum serviço de saneamento básico												
Grandes Regiões e Unidades da Federação	Total		Total		Tipo de serviço							
					Rede geral de distribuição de água		Rede coletora de esgoto		Manejo de resíduos sólidos		Manejo de águas pluviais	
	2000	2008	2000	2008	2000	2008	2000	2008	2000	2008	2000	2008
Brasil	5 507	5 564	5 497	5 564	5 931	5 497	2 877	3 069	5 475	5 562	4 327	5 256
Norte	449	449	446	449	422	446	32	60	445	449	222	403
Nordeste	1 787	1 793	1 782	1 793	1 722	1 782	767	819	1 769	1 792	1 227	1 615
Sudeste	1 666	1 668	1 666	1 668	1 666	1 666	1 547	1 586	1 666	1 667	1 468	1 643
Sul	1 159	1 188	1 157	1 188	1 142	1 157	451	472	1 149	1 188	1 094	1 172
Centro-Oeste	446	466	446	446	439	446	80	132	446	446	316	423



Para saber mais:

Lei 12.305/2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm

Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento: <http://www.snis.gov.br>

Lei 11.445/2007. Institui a Política Nacional de Saneamento:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111445.htm

Estratégia para a sustentabilidade urbana e rural



objetivo 10

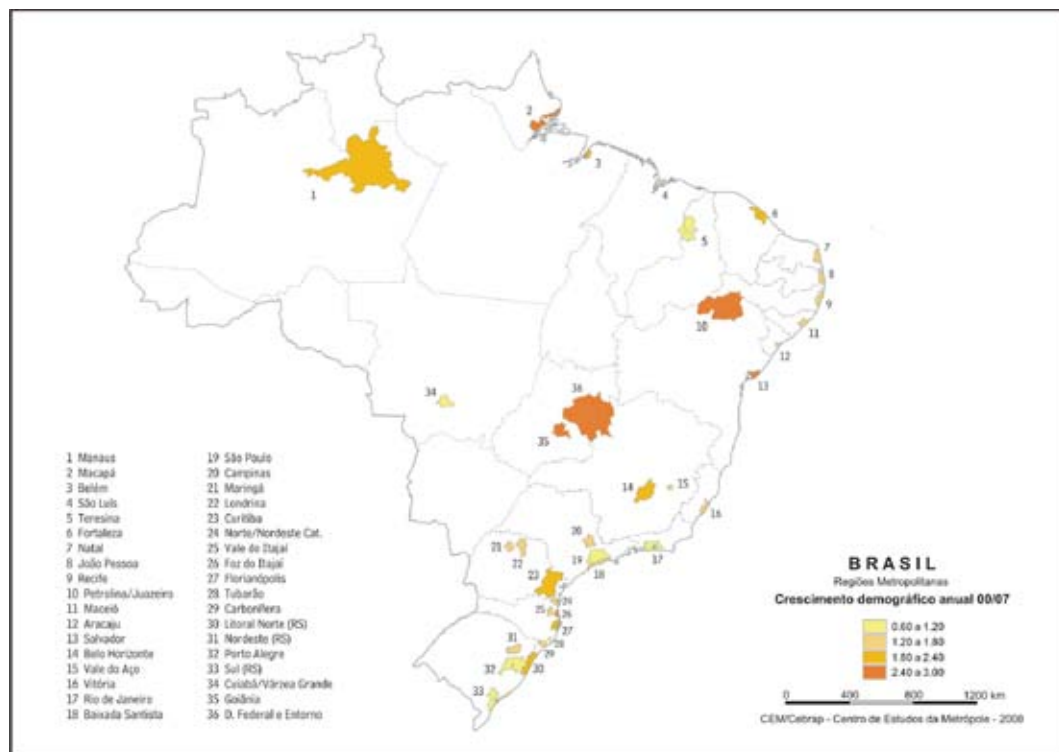
GESTÃO DO ESPAÇO URBANO E AUTORIDADE METROPOLITANA

Com cerca de 80% da população brasileira residindo em cidades, garantir a qualidade de vida nos núcleos urbanos é um dos grandes desafios do século XXI. O rápido processo de urbanização nas últimas décadas gerou aglomerações urbanas com infraestrutura precária e ocupação inapropriada de áreas ambientalmente frágeis, como mananciais, estuários e territórios de proteção da biodiversidade. Em paralelo, nos anos recentes, se tem observado - com o aprofundamento do processo de interiorização - uma sensível modificação na dinâmica de urbanização, com reflexos na densidade e mobilidade populacional, na articulação do espaço econômico e na

intensificação do uso de recursos naturais.

Desde a publicação da AG21 Brasileira, em 2002, o País vem assistindo a um amplo conjunto de esforços voltados ao enfrentamento do histórico processo de exclusão socioespacial que aflige milhões de brasileiros em nossas cidades: um cenário urbano dominado por altas concentrações populacionais em assentamentos precários situados em área de risco ou nas periferias das grandes cidades. Irregularidades fundiárias, déficit de saneamento e habitacional, degradação ambiental e mobilidade reduzida devido ao trânsito caótico e a sistemas de transporte público insuficientes completavam esse

Crescimento demográfico anual das Regiões Metropolitanas de 2000 a 2007



Fonte: CEM/Cebrap – Centro de Estudos da Metrôpole, 2008

quadro. Era urgente uma intervenção nas regiões metropolitanas e aglomerados urbanos, que até então careciam de instâncias democráticas para representá-los localmente e de pactos federativos orientados à obtenção de melhorias concretas. A situação refletia a ausência de uma política nacional de desenvolvimento que integrasse e financiasse os projetos setoriais de habitação, saneamento, mobilidade, transporte e gestão territorial. O enfrentamento dos problemas começou exatamente por essa articulação, buscando resultados que se perpetuassem e que rendessem frutos também para as futuras gerações.

Foi instituído, então, o Ministério das Cidades, com a missão de unificar as políticas setoriais, envolver a sociedade nos processos decisórios, implantar o Estatuto da Cidade e, sobretudo, apoiar os municípios no esforço de planejar e gerir o uso e a ocupação do solo. Para tanto, realçou o papel institucional das prefeituras, com programas de capacitação e assistência técnica; promoveu a regularização fundiária, ampliando as alternativas de acesso à moradia e de urbanização dos assentamentos precários; aumentou e tornou contínuos os investimentos em infraestrutura, especialmente em termos de saneamento e transporte coletivo; e estimulou a participação qualificada dos cidadãos na concepção e no monitoramento das ações.

Em 2006, uma iniciativa interministerial deu origem ao **Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU)**, que ganhou reforço significativo com a criação do eixo de Infraestrutura Social e Urbana no âmbito do Programa de Aceleração do

Crescimento (PAC), em 2007. Por meio dele, R\$ 51 bilhões foram destinados a ações integradas de habitação, saneamento e urbanização e, ainda, ao lançamento do **Programa Minha Casa, Minha Vida**, em 2009.

Para enfrentar o déficit habitacional e as inadequações dos domicílios, os eixos de atuação abrangeram: provisão habitacional a famílias de baixa renda; financiamento à pessoa física com recursos de fundos geridos pela União e do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo; o Minha Casa, Minha Vida, com volumes inéditos na destinação de recursos públicos para moradias voltadas à população pobre; a urbanização de assentamentos precários; e o desenvolvimento institucional de Estados, municípios e Distrito Federal, associado à cooperação técnica. Simultaneamente, os esforços de planejamento e gestão territorial urbana beneficiaram mais de 276 mil famílias com a regularização fundiária promovida entre 2004 e 2009, bem como viabilizaram a execução de 18,2 mil projetos de infraestrutura.

Igualmente, condições ambientais e de saúde mais adequadas foram proporcionadas às populações de baixa renda graças à ampliação do abastecimento de água potável para 10,7 milhões de casas e à expansão do esgotamento sanitário para 9,7 milhões de famílias. Também satisfatório passou a ser o manejo de resíduos sólidos nas áreas urbanas, abrangendo 98,5% das residências em 2009. A Política Nacional de Resíduos Sólidos, de 2010; e o Prodes - Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas, iniciado em 2003, são marcos importantes dessa política de saneamento ambiental nas cidades.



Para saber mais:

Ministério das Cidades:

<http://www.cidades.gov.br>

Programa de Aceleração do crescimento, PAC:

<http://www.brasil.gov.br/pac>

Minha Casa, Minha Vida:

<http://www.brasil.gov.br/pac/o-pac/pac-minha-casa-minha-vida>

Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas:

<http://www2.ana.gov.br/Paginas/projetos/Prodes.aspx>



objetivo 11

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO BRASIL RURAL

Em 2002, a Agenda 21 Brasileira, ao contextualizar o desafio posto ao desenvolvimento sustentável rural, já colocava em cheque a percepção, então corrente, do êxodo rural enquanto um fenômeno inevitável e irreversível. Para tanto, destacava como fundamental reconhecer e criar condições de realização do “*potencial ainda inexplorado de desenvolvimento do interior do País, baseado na maior capacidade de absorção*”

Dentre tantas ações, merece menção especial o Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat), iniciado em 2003. Com 164 Territórios Rurais implantados, o programa abrange mais de 2.500 municípios, com uma população de 52,2 milhões de pessoas (28,51 % do total da população brasileira) e correspondendo a uma área de 5,04 milhões de km² (58,49% da área total do País).



Fonte: ECADET

de força de trabalho dos sistemas produtivos de caráter familiar, cuja base é a pluriatividade e a multifuncionalidade da agropecuária de pequeno porte” (grifo nosso).

Hoje, passada apenas uma década desse alerta, temos já consolidadas as bases de um novo paradigma de desenvolvimento rural. Um amplo conjunto de políticas públicas, elaboradas e implementadas em estreito diálogo com os movimentos sociais do campo, tem configurado um novo Brasil rural, com qualidade de vida para suas populações e uso mais sustentável dos recursos naturais.

Cada território conta com seu Colegiado, instância participativa e responsável pela elaboração e implantação dos Planos de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável.

Em 2008, a partir dos acúmulos do Pronat, foi lançado o Programa Territórios da Cidadania, concebido para universalizar medidas básicas de cidadania, congregando diversas políticas públicas. Foram criados 60 Territórios da Cidadania em 2008. Esse número ampliou-se para 120 em 2009, atingindo 1.851 municípios e 42,4 milhões de habitantes (23% do total do País). O Programa abrangeu, desde sua criação, 46% da população



rural brasileira, 1,9 milhão de famílias agricultoras, 587 mil famílias de assentados da reforma agrária, 11 milhões de famílias beneficiárias do Bolsa Família, 1.004 comunidades quilombolas e 349 indígenas e 410 mil famílias de pescadores, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário, MDA.

Para propiciar esse ciclo de transformação a assistência técnica e extensão rural pública (ATER) foi reconstruída a partir da instituição, em 2003, da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater). No mesmo contexto, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) consolidou uma engenharia financeira que tem viabilizado projetos que geram renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do País. A criação de novas linhas de financiamento – tais como Pronaf Agroindústria, Semiárido, Floresta, Mulher, Jovem, Custeio de Agroindústrias Familiares, Comercialização da Agricultura Familiar, Cotas-Partes e Agroecologia – efetivou um ciclo estruturante das políticas públicas voltadas à valorização de gênero e ao desenvolvimento sustentável, contemplando os agricultores que desenvolvessem atividades produtivas ecologicamente corretas.

O **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**, criado em 2003, tem propiciado a aquisição de alimentos de agricultores familiares, com isenção de licitação, a preços compatíveis aos praticados nos mercados regionais. Dessa forma, articulando diversas políticas, promove o acesso a alimentos às populações em situação de

insegurança alimentar e promove a inclusão social e econômica no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar. Os produtos são destinados a ações de alimentação empreendidas por entidades da rede socioassistencial; Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição como Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos e para famílias em situação de vulnerabilidade social. Além disso, esses alimentos também contribuem para a formação de cestas de alimentos distribuídas a grupos populacionais específicos.

Em 2009, com a criação da **Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**, mais um grande exemplo do potencial transformador das políticas integradas foi dado, com forte impacto no fortalecimento da agricultura familiar. A PNAE determina a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos repassados para alimentação escolar, na compra de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. A lei orienta ainda que a aquisição desses gêneros alimentícios seja realizada, sempre que possível, no mesmo município das escolas. Quando o fornecimento não puder ser feito localmente, as escolas poderão complementar a demanda entre agricultores da região, território rural, Estado e País, nesta ordem de prioridade.

Os resultados de todas essas iniciativas logo se fizeram sentir. Na última década, o êxodo rural foi invertido e a agricultura familiar ganhou 412 mil novos estabelecimentos. O emprego assalariado no campo contemplou 577 mil novas famílias e

mais de 4,8 milhões de pessoas que viviam em áreas rurais saíram da pobreza. A renda média da agricultura familiar cresceu 30% em termos reais no período (a renda média brasileira cresceu 11%). Por consequência, melhorou a qualidade de vida dos agricultores, que conseguiram acesso a vários bens. Entre 2004 e 2009, o número de domicílios rurais com iluminação elétrica saltou de 6,5 para 8,2 milhões.



Para saber mais:

Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, PNATER:

<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/assistenciatecnica/2522569>

Programa Aquisição de Alimentos:

<http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/programas//alimentacaoescolar>

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, PRONAF:

<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>

objetivo 12

PROMOÇÃO DA AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

Passados dez anos de publicação da Agenda 21 Brasileira, o Brasil consolidou-se como provedor mundial de matérias primas e alimentos. Conseguiu também avanços rumo a padrões mais sustentáveis de produção agropecuária, com incorporação crescente de tecnologias como sistemas de produção integrada, plantio direto, agricultura orgânica, integração lavoura-pecuária-floresta, práticas de conservação do solo e metodologias inovadoras e eficientes de recuperação de áreas degradadas e de restauração florestal. Parte significativa dessa conquista é fruto dos investimentos constantes e crescentes nas áreas de pesquisa e desenvolvimento, com destaque para os trabalhos da Embrapa, das agências estaduais de pesquisa agropecuária e das



Fonte: Banco de Imagens/MDA

universidades e centros tecnológicos.

A área de assistência técnica e extensão rural pública – sucateada ao longo da década de 90 – foi reconstruída, tendo como marco legal a instituição, em 2010, da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Pronater), instrumentos focados na transição para uma agricultura sustentável. Também no campo da agricultura familiar, a criação de novas linhas de financiamento do Pronaf, tais como Pronaf-Floresta, Pronaf-Sustentável, e Pronaf-Agroecologia, possibilitou os instrumentos de créditos para essa mudança de padrão de produção. Importante medida nesse sentido foi a política de remunerar os produtores familiares orgânicos, fornecedores do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), com um bônus de até 30% em relação ao valor pago pela produção convencional.

Ao mesmo tempo em que se fortalecia a transição agroecológica junto à agricultura familiar, políticas de apoio à sustentabilidade da produção agropecuária em maior escala também chegavam ao campo. O **Programa Agricultura de Baixo Carbono (Programa ABC)**, criado em 2010 pelo Governo Federal, desenvolvido para mitigar e reduzir a emissão dos gases de efeito estufa – gás carbônico (CO₂), gás metano (CH₄) e óxido nitroso – através de incentivos e recursos para os produtores rurais adotarem técnicas agrícolas sustentáveis, de forma a difundir uma nova agricultura sustentável a ser adotada pelos agricultores, reduzindo assim os impactos do aquecimento global. O Programa ABC apoia ações em seis principais linhas: plantio direto na palha;

recuperação de áreas degradadas; integração lavoura-pecuária-floresta; plantio de florestas comerciais; fixação biológica de nitrogênio; e tratamento de resíduos animais.



Fonte: Banco de Imagens/MDA

Para saber mais:

Programa ABC:

<http://www.agricultura.gov.br/abc/>

Lei 12.188/2010 - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e a Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Pronater):

<http://www.mda.gov.br/portal/institucional/novaleideater>

objetivo 13

PROMOVER A AGENDA 21 LOCAL E O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL

Para o governo brasileiro, a construção da Agenda 21 Local é tida como importante instrumento de gestão e planejamento para o desenvolvimento sustentável na escala local. O sucesso da Agenda 21 Local consiste em garantir o planejamento voltado para a ação compartilhada, na construção de propostas pactuadas, voltadas para a elaboração de uma visão de futuro entre os diferentes atores envolvidos; na condução de um processo contínuo e sustentável; na descentralização e controle social e incorporação de uma visão multidisciplinar em todas as etapas do processo. Desta forma, governo e sociedade estão utilizando este poderoso instrumento de planejamento estratégico participativo para a construção de cenários consensuados, em regime de coresponsabilidade, que devem servir de subsídios à elaboração de políticas públicas sustentáveis, orientadas para harmonizar desenvolvimento econômico, justiça social e equilíbrio ambiental.

Estimular nacionalmente os processos de elaboração de agendas 21 locais é atribuição do MMA, por meio da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania (SAIC). Para auxiliar os municípios no processo de condução do processo de Agenda 21, no ano de 2005, o MMA publicou o documento “Passo a passo da Agenda 21 local”.



O Passo-a-Passo da Agenda 21 Local propõe um roteiro organizado em seis etapas: mobilizar para sensibilizar governo e sociedade; criar um Fórum de Agenda 21 Local; elaborar um diagnóstico participativo; e elaborar, implementar, monitorar e avaliar um plano local de desenvolvimento sustentável.



Ao longo dos anos, diversas ações foram realizadas pelo MMA no processo de indução e acompanhamento dos processos de agenda 21 Local. Em 2002, assim que finalizada a Agenda 21 Brasileira, foi solicitado ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que fosse incluída no instrumento de pesquisa do suplemento especial de Meio Ambiente da **Pesquisa de Informações Municipais (MUNIC)**, uma seção que indagava o estágio e forma de atuação de processos de Agenda 21 Local. A pesquisa considerou a existência de Agenda 21 Local a partir da fase de mobilização da sociedade e do poder público local, mesmo que esta iniciativa não tivesse passado por uma formalização legal. Os resultados apontaram a ocorrência de 1.652 municípios com processos de implantação da Agenda 21, o que correspondia a 29,7% do total dos municípios brasileiros.

Para fomentar processos de Agenda 21, o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) apoiou, entre os anos de 2001 e 2009, um total de 96 projetos que incluíram 298 municípios e três Estados. Os procedimentos necessários para a liberação dos recursos exigiam o início das sensibilizações/mobilizações, constituição dos fóruns locais, realização de um diagnóstico participativo e elaboração de um **Plano Local de Desenvolvimento Sustentável (PLDS)**, sendo este o produto final determinado pelo convênio. Além do fomento do FNMA, o Programa Agenda 21 do MMA ofereceu assistência técnica para uma média de



Fonte: Banco de Imagens/DCRS

100 processos/ano ao longo dos cinco anos, por meio do comparecimento a eventos oficiais de sensibilização, da coordenação de oficinas de formação; produzindo e distribuindo material metodológico; dirimindo dúvidas dos fóruns de Agenda 21 Local; apoiando os encontros da **Rede Brasileira de Agendas 21 Locais (REBAL)**; entre outras ações.

A Coordenação da Agenda 21 do Ministério do Meio Ambiente, atenta à necessidade de um levantamento destes resultados, realizou em 2009 a **Pesquisa Nacional sobre Agendas 21 Locais**. Dentre os resultados dessa pesquisa podemos citar impactos da Agenda 21 na escola; na organização social dos municípios; em atividades econômicas sustentáveis; na estruturação de sistemas de gestão de resíduos sólidos; no fortalecimento de projetos governamentais ou não governamentais; na influência em políticas públicas; na criação e fortalecimento de órgãos de gestão ambiental; entre outros.

Desde 2003 a preocupação expressa do Governo Federal com a elaboração e implantação das

Agendas 21 Locais e apoio à formação continuada em Agenda 21 Local tem estado contemplado nos Planos Plurianuais (PPA 2004-2007; PPA 2008-2011; e PPA 2012-2015). As metas estabelecidas para este objetivo no período 2012-2015 são:

- a) Apoiar a atualização e a implementação de 100 Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável, em âmbito municipal, pelos respectivos Fóruns de Agenda 21; e
- b) Fomentar a implementação de projetos socioambientais abrangendo 200



Fonte: Banco de Imagens/DCRS

municípios brasileiros.

O balanço das ações até aqui desenvolvidas, aliado ao compromisso já expresso no PPA 2012-2015, explicita o comprometimento do Governo Federal em apoiar o fortalecimento dessas importantes plataformas de concertação local, espaços de diálogo, empoderamento e participação social, elementos centrais na construção da sustentabilidade.



Fonte: Banco de Imagens/DCRS



Para saber mais:

Programa Agenda 21 – SAIC/MMA:

<http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18>

Passo a Passo da Agenda 21 Local:

http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/passoapasso.pdf

Pesquisa Nacional das Agendas 21 Locais - Sumário Executivo. 2009:

http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/sumario_executivo_18.pdf

objetivo 14

IMPLANTAR O TRANSPORTE DE MASSA E A MOBILIDADE SUSTENTÁVEL

Em 2002, o Brasil possuía uma frota da ordem de 23 milhões de automóveis. Passados dez anos, esse número se aproxima da casa dos 45 milhões. Tal balanço explicita, de um lado, o crescimento econômico vivenciado na última década; de outro, porém, reflete a magnitude do desafio de se romper com a “cultura do automóvel”, questão já destacada em 2002 pela AG21 Brasileira.

Se por um lado as políticas econômicas dos últimos anos favoreçam – e, não raro, patrocinam essa expansão do transporte individual – é também verdade que esse processo foi acompanhado pela implementação e modernização de políticas de mobilidade urbana e de segurança no trânsito, bem como de investimentos no transporte de massa e redução dos impactos ambientais do setor.

qualidade ambiental. Com esse intuito, o Código de Trânsito Brasileiro também passou por evoluções. De forma complementar ao aprimoramento do marco normativo, foram desenvolvidas ações de fortalecimento institucional e apoio à elaboração de Planos Diretores de Transporte e Mobilidade Urbana para áreas metropolitanas de interesse nacional.

Cabe aqui também destacar a recém instituída **Política Nacional de Mobilidade Urbana** (Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012), na qual constam os instrumentos fundamentais para a sustentabilidade do setor, tais como a gestão democrática e o controle social do planejamento e avaliação da política; a integração dos planejamentos setoriais de habitação, saneamento

Venda de automóveis e motos no Brasil

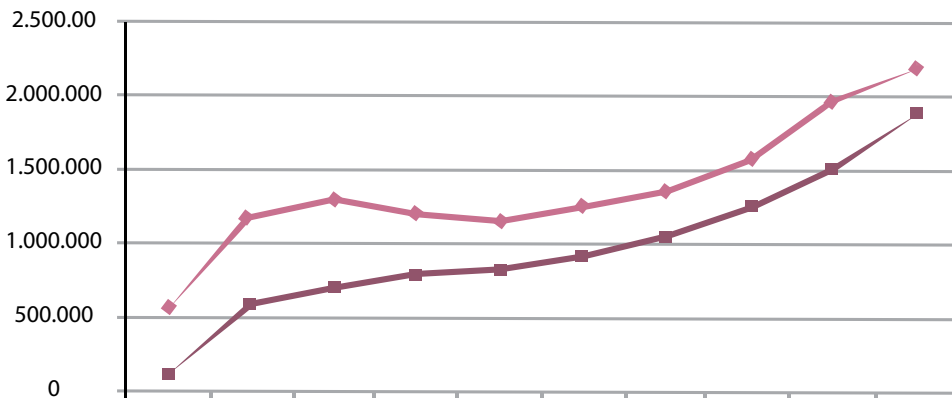


Gráfico mostra que em 2008 foram vendidos no Brasil cerca de 2,2 milhões de automóveis e 1,9 milhão de motocicletas (fonte: Ipea)

Como exemplos desses avanços podemos citar a **Política Nacional de Trânsito (PNT)**, instituída em 2004, que traçou as diretrizes para garantir a mobilidade de toda a população, com segurança e

básico e gestão do uso do solo à política de mobilidade; a articulação interinstitucional dos órgãos gestores, bem como a integração física, tarifária e operacional entre os diferentes modos.



Para saber mais:

Política Nacional de Mobilidade Urbana (lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012):
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12587.htm



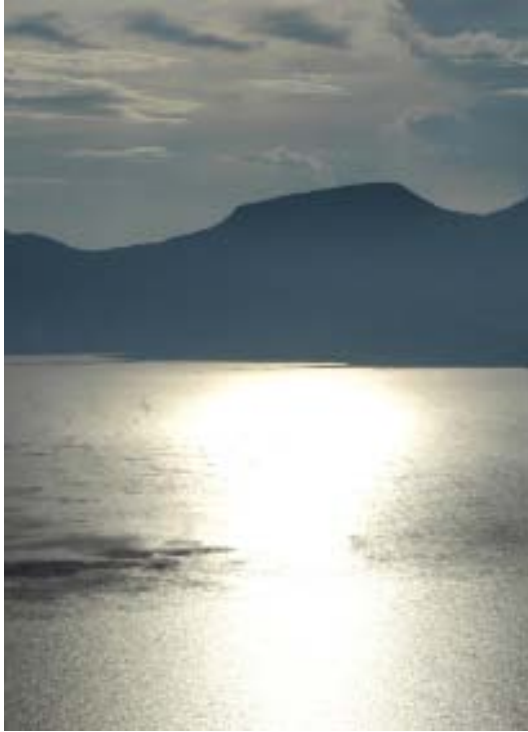


Recursos naturais estratégicos: água, biodiversidade e florestas



objetivo 15

PRESERVAR A QUANTIDADE E MELHORAR A QUALIDADE DA ÁGUA NAS BACIAS HIDROGRÁFICAS



Fonte: Banco de Imagens/ANA

“o Nordeste sofre com a desertificação, enquanto a Amazônia é cortada por um sem-número de rios. Muitos desses, contudo, já estão comprometidos pela ação humana. No Pantanal, os rios são ameaçados por práticas agrícolas inadequadas. Da mesma forma, o rio São Francisco, que banha uma extensa região pobre e carente de água, vem sofrendo redução de sua disponibilidade hídrica, agravando os conflitos de seu uso, em especial entre os setores de irrigação e hidroelétrico. Na Região Sudeste, o Tietê é um modelo de descaso com as águas doces e o rio Paraíba do Sul reclama ações de revitalização. (...) A efetiva aplicação da Lei de Recursos Hídricos é reconhecida pelos diferentes segmentos sociais que participaram da Consulta Nacional da Agenda 21 Brasileira como o instrumento adequado para fazer frente aos problemas acima referidos. (...) Fazer a população participar do destino de seus rios mais próximos, adotá-los como um bem a ser protegido e dotar o Comitê de um corpo representativo, eis um dos principais desafios que iremos enfrentar nos próximos dez anos”

Agenda 21 Brasileira, 2002.

Em consonância aos anseios registrados em 2002 na Agenda 21 Brasileira, acima reproduzidos, a democratização da gestão de águas no País levou - entre os anos de 2003 e 2010 - ao aumento de 3 para 11 Comitês Federais de Bacias Hidrográficas e de 25 para 150 Comitês Estaduais de Bacias Hidrográficas. A consolidação do sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos é sem dúvida um dos maiores marcos, tornando o Brasil um dos países de referência internacional pelo modelo implantado para a governança das águas.

A **Agência Nacional de Águas (ANA)** ampliou sua articulação com usuários de recursos hídricos, comitês de rios de domínio da União e agências de água, o que contribuiu para a cobrança pelo direito de uso de recursos hídricos nas principais bacias hidrográficas federais. A implantação da cobrança pelo uso da água representou um avanço para a conservação desses recursos naturais, com os recursos financeiros da cobrança são aplicados na própria bacia em que foram arrecadados, com base em critérios técnicos aprovados pelo comitê da respectiva bacia.





Valoração Econômica dos Recursos Hídricos

A Agência Nacional de Águas - ANA, órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente - MMA, tem a finalidade de implementar a Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída pela Lei n.º 9.433/1997. Um dos instrumentos utilizados na PNRH é a cobrança pelo uso dos recursos hídricos – a outorga. A Outorga é um instrumento pelo qual o Poder Público autoriza o usuário, sob condições preestabelecidas, a utilizar ou realizar interferências hidráulicas nos recursos hídricos necessários à sua atividade, garantindo o direito de acesso a esses recursos, dado que a água é um bem de domínio público. Em 2011 a ANA publicou uma cartilha ilustrativa sobre o tema, visando dirimir dúvidas básicas aos interessados.



Revitalização de Bacias Hidrográficas: em 2003, foi instituído o Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas, com prazo de execução de 30 anos, tendo por objetivo recuperar, preservar e conservar as bacias hidrográficas por meio de ações integradas e permanentes que promovam o uso sustentável dos recursos naturais, a melhoria das condições socioambientais e o aumento da disponibilidade de água, com qualidade. Com a nova concepção do Projeto de Integração do Rio São Francisco, PISF, a partir de 2005, o Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas foi intensificado, incluindo ações voltadas ao reflorestamento de áreas críticas; à proteção e à recuperação de nascentes; ao tratamento de esgotos e resíduos sólidos das cidades e vilas localizadas na suas margens; ao combate à desertificação; à melhoria da calha navegável do Rio São Francisco; e à educação ambiental.



Fonte: Banco de Imagens/ANA

Saneamento: A despeito dos investimentos maciços dos últimos anos na área de saneamento, o lançamento de esgotos domésticos sem tratamento continua como a maior causa da poluição dos mananciais. Chama a atenção o fato de apenas 55% dos municípios terem rede coletora de esgoto e somente 18% dos esgotos receberem algum tratamento. Visando enfrentar esse grave problema, em 2007 foi sancionada a Lei 11.445/2007, o Marco Regulatório do Saneamento, consolidando o conceito de saneamento básico como o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem de águas pluviais urbanas.

Investimentos: o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) tem propiciado os investimentos vultosos que o setor de saneamento tanto demanda. De 2007 a 2011 os investimentos do PAC foram superiores a 40 bilhões de reais, contemplando coleta e tratamento de esgoto, abastecimento de água, drenagem e tratamento de resíduos sólidos. A segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) prevê investimentos da ordem de R\$ 9,9 bilhões para obras de saneamento, dos quais R\$ 6,4 bilhões já estão contratados para empreendimentos de esgotamento sanitário e saneamento integrado. No âmbito do PAC 2, foram concluídas 215 obras de saneamento, entre elas a ampliação do sistema de esgotamento sanitário de Guarulhos (SP) e outras 13 obras de drenagem em áreas de risco, totalizando R\$ 109,4 milhões em investimentos. Uma importante ferramenta de apoio à universalização do saneamento tem se dado através do **Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas (PRODES)**. Criado pela Agência Nacional de Águas (ANA) em março de 2001, o Programa é uma iniciativa inovadora: não financia obras ou equipamentos, paga pelos resultados alcançados, ou seja, pelo esgoto efetivamente tratado. Consiste na concessão de estímulo financeiro pela União, na forma de pagamento pelo esgoto tratado, a Prestadores de Serviço de Saneamento que investirem na implantação, ampliação e operação de Estações de Tratamento de Esgotos (ETEs), desde que cumpridas as condições previstas em contrato. No período de 2001 até 2010 foram contratadas 42 ETEs, envolvendo um valor total dos contratos de R\$ 152,2 milhões, com investimento por parte dos prestadores de serviços de R\$ 467 milhões.

Para saber mais:

Marco Regulatório do Saneamento, Lei 11.445/2007:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111445.htm

Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF):

<http://www.mi.gov.br/saofrancisco/revitalizacao/index.asp>

Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas, PRODES:

<http://www.ana.gov.br/prodes/>

Pacto Nacional pela Gestão das Águas:

http://arquivos.ana.gov.br/imprensa/noticias/20111213_PactoNacional.pdf

objetivo 16

POLÍTICA FLORESTAL, CONTROLE DO DESMATAMENTO E CORREDORES DE BIODIVERSIDADE

No início da década, a Amazônia passava por um acelerado processo de desmatamento. Em 2002, o índice de desmatamento havia crescido 40% em relação ao ano anterior. No período de 1995-2002, a cada ano foram desmatados, em média, 19,1 mil km². Em face à gravidade da situação, o Governo Federal lançou o **Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm)**, resultado da articulação de 13 ministérios. Os resultados foram expressivos. Em 2004, o corte raso levou abaixo 27,7 mil km² de

embargo das áreas ilegalmente desmatadas. Essas ações tiveram efeito, pois, embora tenha havido aumento, foi menor do que o que se anunciava: 12,9 mil km².

Dados atuais do PPCDAm indicam uma queda de 51% em relação ao desmatamento verificado em 2011. Entre agosto de 2011 e maio de 2012 houve uma redução de 25% em relação a menor taxa de desmatamento.

Em 2009, esse Plano entrou em nova fase, adaptando-se à nova dinâmica do desmatamento



Fonte: Gerson Henrique Sternadt/Banco de Imagens IBAMA

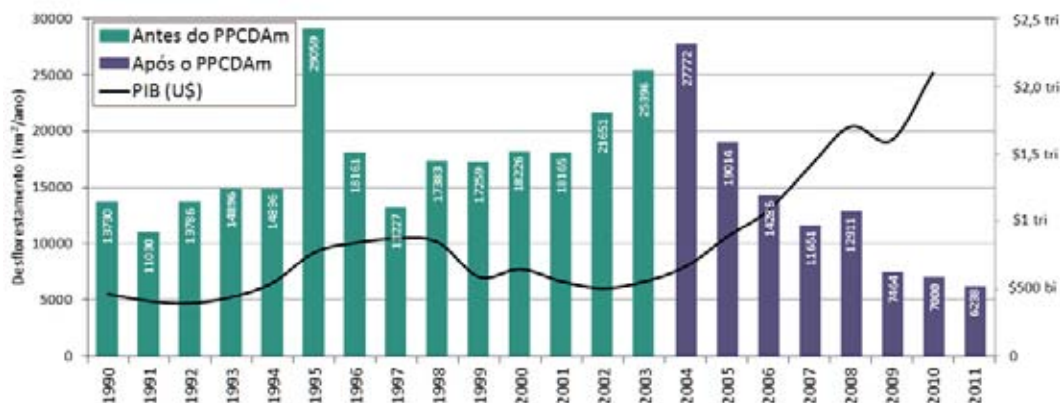
florestas. Em 2005, primeiro ano de execução do PPCDAm, a taxa caiu para 19 mil km². Em 2006, houve nova queda: 14,3 mil km². Em 2007, o índice foi reduzido a 11,6 mil km². Desse ano para 2008, o desmatamento ensaiou uma retomada do crescimento e o governo tomou várias medidas para freá-la, como a restrição do crédito e o

na Amazônia e contribuindo para que fossem alcançados os menores índices de corte raso de florestas desde 1988, ano em que o governo brasileiro iniciou o monitoramento por satélite da cobertura florestal na região, com uma redução de 43% em relação a 2008. E em 2010, uma queda de 14% em relação ao baixo patamar do

ano anterior. Em sua 3ª fase, de 2012 a 2015, o PPCDAm tem como desafio continuar reduzindo o desmatamento. Através de incentivos positivos às atividades sustentáveis e à economia florestal na Amazônia o País tem plena capacidade de manter essa tendência de redução da intensidade de perda da cobertura vegetal nos biomas nacionais, com as

abrangente proposta para a região amazônica, com estratégias para o desenvolvimento das áreas florestais e áreas não florestais. A ele somou-se a Operação Arco Verde, que promoveu a parceria entre o Governo Federal, os Estados da região e as prefeituras dos 43 municípios que registram os maiores valores de desmatamento.

Taxas de desmatamento na Amazônia Legal medidos por meio do PRODES (Projeto de Monitoramento do Desflorestamento na Amazônia Legal, de responsabilidade do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE) e a evolução do Produto Interno Bruto brasileiro no mesmo período.



ações de combate à derrubada ilegal da floresta e com os programas voltados para compensações econômicas pela manutenção da floresta em pé (Programa Nacional para o Pagamento de Serviços Ambientais).

Com a redução do desmatamento na Amazônia, o Grupo Permanente de Trabalho Interministerial (GPTI), criado para propor medidas e coordenar ações na região, teve sua competência ampliada para os outros cinco biomas brasileiros: primeiro para o Cerrado e, depois, para a Caatinga, o Pantanal, o Pampa e a Mata Atlântica. No âmbito da articulação da política ambiental e o desenvolvimento regional, o **Programa Amazônia Sustentável (PAS)** apresentou uma

Outra iniciativa importante foi a restrição de crédito público a empreendimentos ligados ao desmatamento ilegal. A Resolução 3.545 de fevereiro de 2008 do Banco Central passou a exigir documentação comprobatória de regularidade ambiental e fundiária para fins de financiamento agropecuário na Amazônia.

Na perspectiva do uso sustentável dos recursos naturais, a implementação do **Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)** representou uma importante conquista no período. A criação de novas Unidades de Conservação (UCs) e o fortalecimento das que já existiam foi um mecanismo fundamental na defesa das florestas brasileiras. Em oito anos, foram constituídas

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS DO BRASIL		
TIPO	CATEGORIA	QUANTIDADE
Proteção Integral	Esec - Estação ecológica	31
	MN - Monumento natural	03
	Parna - Parque nacional	67
	Rebio - Reserva biológica	29
	Revis - Refúgio da vida silvestre	07
Uso Sustentável	APA - Área de proteção ambiental	32
	Arie - Área de relevante interesse ecológico	16
	Flona - Floresta nacional	65
	RDS - Reserva do desenvolvimento sustentável	01
	Resex - Reserva extrativista	59
TOTAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS		310
ÁREA TOTAL ABRANGIDA (HA):	75.467.815,71	

Fonte: ICMBio/2001



Fonte: Banco de imagens ASCOM/MMA

70 novas UCs federais. No início de 2010, o País contava com 310 UCs, das quais 137 de proteção integral e 173 de uso sustentável. Existem ainda cerca de 600 unidades de conservação na esfera estadual e 2.700 na esfera municipal.

A expansão das áreas protegidas levou o Governo Federal a criar, em 2007, o **Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)**, com objetivo de gerir as UCs e propor novas unidades. O ICMBio dá apoio também para as 500 reservas particulares, das quais 134 criadas entre 2003 e 2010.

Outra iniciativa importante contra o desmatamento das florestas foram os pactos setoriais, que têm por finalidade a adoção de medidas contra o avanço de atividades predatórias, envolvendo o Governo Federal, Estados, empresas, bancos públicos e privados e organizações da sociedade civil. Em 2009, foi firmado o Protocolo de Intenções pela Responsabilidade Socioambiental com a Federação Brasileira de Bancos (Febraban). De acordo com o documento, empreendimentos

que necessitem de financiamento bancário para suas atividades terão de comprovar que estão empenhados em desenvolver políticas socioambientais, o que inclui preservação da biodiversidade e respeito aos direitos trabalhistas, dentre outros pontos. O Protocolo Verde, como também é conhecido, estimula os bancos a oferecerem “linhas de financiamento e programas que fomentem a qualidade de vida da população e o uso sustentável do meio ambiente” e a promoverem o consumo consciente dos recursos naturais.

A Lei de Gestão de Florestas Públicas (Lei 11.284/06) significou um avanço para a gestão da cobertura vegetal brasileira. Sua criação obedeceu à necessidade de o Estado dispor de um instrumento legal para ordenar o uso e a conservação das florestas públicas em longo prazo. A manutenção da floresta, sobretudo em áreas não destinadas à proteção integral, exige uma gestão que concilie a conservação ambiental com a promoção de oportunidades de desenvolvimento



Fonte: Banco de imagens ASCOM/MMA

criou o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) em 2006, que passou a realizar a gestão das florestas públicas da União, introduzindo as concessões florestais como forma de gerar benefícios sociais, econômicos e ambientais por meio do uso sustentável dos recursos naturais.

Houve também avanços na gestão ambiental no meio rural por meio do Programa Federal de Regularização Ambiental das Propriedades Rurais, criado pelo Decreto nº 7.029, de 10 de dezembro de 2009. Seu objetivo é realizar ações integradas para a recuperação das áreas de preservação permanente e de reserva legal no âmbito das propriedades rurais. Trata-se de uma iniciativa que integra ações dos Ministérios do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Conta também com a participação da Embrapa, dos Governos Estaduais e dos agricultores. O programa pretende apoiar a regularização de cerca de 4,8 milhões de propriedades rurais em todo o País.

Protagonista internacional na luta pela conservação da biodiversidade, O Brasil investiu, entre 2003 e 2010, R\$ 99 milhões em atividades de desenvolvimento sustentável para povos



Fonte: Banco de imagens ASCOM/MMA

índigenas e comunidades tradicionais, com a inclusão de mais de 55 mil famílias em programas governamentais. O marco legal necessário para possibilitar essa ajuda foi o Decreto no 6.040, de 2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT).

Esse conjunto de ações – à luz do cenário que se desenhava em 2002, quando da publicação da Agenda 21 Brasileira – aponta, sem dúvida, para importantes avanços em relação às políticas de proteção às florestas e à biodiversidade.

Para saber mais:

Programa Federal de Regularização Ambiental das Propriedades Rurais:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Decreto/D7029.htm

Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, PNPCT (Decreto 6040/2006):

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm

Lei de Gestão de Florestas Públicas (Lei 11.284/06):

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11284.htm



Governança e ética para a promoção da sustentabilidade



objetivo 17

DESCENTRALIZAÇÃO E O PACTO FEDERATIVO: PARCERIAS, CONSÓRCIOS E O PODER LOCAL

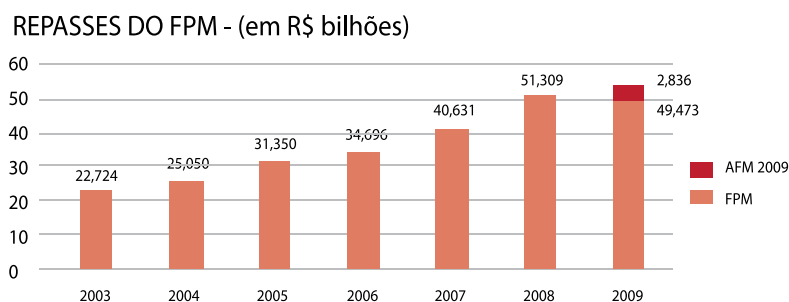
Nos últimos dez anos, a relação entre o Estado e a sociedade civil organizada, assim como o fortalecimento do poder local, tem sido colocada como importante objetivo a ser atingido. O novo pacto federativo privilegiou o fortalecimento do município dentro do chamado ‘federalismo cooperativo’. Considerando a extensão geográfica do País, a dimensão territorial e sua maior proximidade da população, é natural que os municípios tenham sido os principais beneficiários da descentralização fiscal, política e administrativa.

Foram criadas instâncias permanentes de diálogo e pactuação de políticas públicas com os entes federados, a exemplo do Comitê de Articulação Federativa (CAF), criado em 2003, e que se constituiu no principal espaço de diálogo entre o Governo Federal e os Municípios. O bom funcionamento das instâncias permanentes de diálogo e pactuação de políticas públicas com os entes federados, tais como as que se sucedem no Comitê de Articulação Federativa, hoje reconhecido como principal espaço de concertação da agenda política compartilhada, consolidou as parcerias com prefeituras por meio do contato direto com as três grandes entidades nacionais que representam esse ente – a Associação Brasileira de Municípios (ABM), a Confederação Nacional de Municípios (CNM) e a Frente Nacional de Prefeitos (FNP). Importantes também foram os processos de pactuação federativa realizados no âmbito de programas de governo cujos colegiados contavam com a participação de entes federados, a exemplo dos Gabinetes de Gestão Integrada do Programa de Aceleração do Crescimento, responsável pela supervisão e resolução de entraves na execução de obras, e dos Comitês de Articulação Estaduais, no âmbito do Programa Territórios da Cidadania (PTC).

Também foram fortalecidos os diversos sistemas federativos, a exemplo do **Sistema Único de Saúde (SUS)** e do Sistema de Assistência Social (SUAS), que absorveram recursos crescentes por intermédio de fundos estaduais e municipais e adotaram um modelo de gestão compartilhada das políticas públicas, por meio de comissões tripartites e controle social. O diálogo federativo produziu ganhos efetivos para os entes federados. De 2003 a 2010, os fundos de participação dos estados (FPE) e dos municípios (FPM) cresceram nominalmente mais de 120%. As transferências voluntárias mais que dobraram seu valor, conforme **mostra o gráfico abaixo**.

Para melhor orientar as prefeituras, destaca-se a realização do I Encontro Nacional de Prefeitos e Prefeitas, realizado em 2009, que teve como finalidade auxiliar os novos gestores municipais em início de mandato, e lançar o Portal Federativo (www.portalfederativo.gov.br), que passou a difundir orientações e informações de interesse de Estados e municípios.

Crescimento dos repasses do Governo Federal ao fundo de participação dos municípios



objetivo 18

MODERNIZAÇÃO DO ESTADO: GESTÃO AMBIENTAL E INSTRUMENTOS ECONÔMICOS

Em 2002 o país vivenciava claramente os sinais do esgotamento de um modelo de gestão influenciado pela valorização do chamado “Estado mínimo”, marcante ao longo dos anos 90. Assim, a partir de 2003 foram empreendidos grandes esforços no resgate da capacidade de planejamento e gestão do Estado e de seus instrumentos de atuação. Foram estabelecidas e cumpridas metas de modernização da gestão pública e aprimorada a qualidade dos gastos. Como resultado, conquistou-se maior eficiência na execução das políticas e programas públicos. Ao mesmo tempo, foram aperfeiçoados os mecanismos de controle, com maior transparência dos atos governamentais. A modernização do Estado pautou-se pela retomada do planejamento estratégico, das inovações administrativas, da valorização do servidor e do aprimoramento da qualidade dos gastos públicos.

A política ambiental mostrou um importante reposicionamento da ação do Estado em relação à conservação e ao uso sustentável do conjunto de recursos naturais do Brasil. Fortaleceu-se a gestão do setor, foi ampliada a integração do planejamento e das ações federais, estaduais e municipais; e os programas passaram a ser

orientados pela ótica da sustentabilidade articulada com o desenvolvimento econômico e social. Os órgãos diretamente responsáveis pelo meio ambiente foram fortalecidos. Dentre as mudanças institucionais havidas desde 2003, destacaram-se a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, adicionando à estrutura de governo maior capacidade operacional e condições de formulação de políticas públicas na questão ambiental.

O País entrou em um novo ciclo de crescimento econômico, com fortes investimentos em infraestrutura, logística e energia, previstos em boa parte no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A crescente complexidade dos projetos de petróleo e gás, hidrelétricas, portos, rodovias e ferrovias exigiu mudanças no processo de licenciamento feito pelo Ibama, com o desenvolvimento de procedimentos que cumprissem a avaliação da viabilidade socioambiental das obras e, ao mesmo tempo, respondessem de forma rápida e eficiente às

Sistema Informatizado de Licenciamento Ambiental - SISLIC



O licenciamento ambiental é uma obrigação legal prévia à instalação de qualquer empreendimento ou atividade potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente e possui como uma de suas mais expressivas características a participação social na tomada de decisão, por meio da realização de Audiências Públicas. As principais diretrizes para a execução do licenciamento ambiental estão expressas na Lei 6.938/81 e nas Resoluções CONAMA nº 001/86 e nº 237/97. Além dessas, recentemente foi publicado a Lei Complementar nº 140/2011, que discorre sobre a competência estadual e federal para o licenciamento. O Ibama atua, principalmente, no licenciamento de grandes projetos de infra-estrutura que envolvam impactos em mais de um estado e nas atividades do setor de petróleo e gás na plataforma continental.

Pretende-se que o sistema informatizado (Sislic) agilize os trabalhos e as comunicações inerentes ao processo de licenciamento e permita maior visibilidade e transparência para os processos de licenciamento em tramitação no Ibama. (<http://www.ibama.gov.br/licenciamento/>)



demandas de desenvolvimento brasileiro. A gestão do licenciamento avançou com a criação de uma diretoria específica no Ibama, a Diretoria de Licenciamento Ambiental. Foram realizados concursos públicos para reforçar o corpo técnico do instituto, já que o licenciamento era realizado basicamente por consultores de programas de cooperação internacional. O número de funcionários dedicados à função passou de seis, em 2002, para 131, em 2008. Foi implantado o **Sistema Informatizado de Licenciamento Ambiental (Sislic) e o Portal Nacional de Licenciamento Ambiental**.

O Ministério do Meio Ambiente realizou uma reforma administrativa e modernizou outras áreas da gestão ambiental. Em 2002, havia 383 técnicos no ministério, dos quais apenas 101 eram servidores efetivos. Em 2010, o quadro funcional já ultrapassava 1.200 profissionais, dos quais mais de 600 eram servidores concursados. As comissões tripartites tornaram-se espaços para promoção da gestão ambiental compartilhada e descentralizada entre os órgãos ambientais do governo federal, de Estados e de municípios. O **Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama)** foi fortalecido, passando a contar com sistemas de informação que modernizaram sua gestão para estabelecer um conjunto articulado de ações para a gestão ambiental nos três níveis de governo. O Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais foi um importante passo para a consolidação do Sisnama, promovendo o desenvolvimento de mecanismos para a gestão ambiental compartilhada, integrada e adequada às competências de cada ente federado. Em 2009, 56,3% dos municípios brasileiros dispunham de Conselhos Municipais de Meio Ambiente e 84,5% dos municípios brasileiros afirmaram ter alguma estrutura de meio ambiente.

Em relação ao uso de instrumentos econômicos e financeiros, como estratégia de desenvolvimento sustentável, os últimos dez anos colecionam marcos significativos. O Brasil avançou em número de projetos do **Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL)**. Criado pelo Protocolo de Quioto, o MDL é um instrumento pelo qual os países em desenvolvimento podem vender no mercado global os resultados de projetos de redução da emissão de CO₂ ou de captura de carbono, transformados em **Reduções Certificadas de Emissões (RCEs)**. Os compradores das RCEs são os países ricos, que têm metas de redução de gases de efeito estufa a serem cumpridas e que podem usar os certificados para auxiliar na obtenção de suas metas.

Em 2009, 5.533 projetos encontravam-se em alguma fase do ciclo de projetos do MDL, sendo 1.882 já registrados pelo Conselho Executivo desse mecanismo. O Brasil é um dos países líderes desse mercado, ocupando atualmente o 3º lugar em número de atividades de projeto, contando 420 projetos nacionais (8% do total mundial). Em termos de reduções de emissões projetadas de gases de efeito estufa, o Brasil também está entre os três líderes, sendo responsável pela redução potencial de 368 milhões de toneladas de CO₂, o que corresponde a 6% do total mundial no primeiro período de obtenção de créditos, que pode ser de 7 ou 10 anos. O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo já constitui uma fonte de financiamento importante para a redução das emissões de gases de efeito estufa no Brasil, principalmente no setor energético. Dos projetos brasileiros, 49% estão na área de energia renovável, contando com 3.557 MW de potência instalada.

Há outros exemplos relevantes, como a redução de emissões alcançada pelos 30 projetos brasileiros relativos a aterros sanitários já registrados no Conselho Executivo, correspondendo a 50% das emissões



Fonte: Ricardo Rosado Maia/Banco de Imagens IBAMA

nacionais de aterro sanitário, em 1994. Da mesma maneira, apenas cinco projetos brasileiros de redução de óxido nitroso (N_2O) no setor industrial praticamente zeraram as emissões nacionais desse setor.

Políticas de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) têm sido fomentadas em todo o país. O Programa Produtor de Água, coordenado pela Agência Nacional de Águas, é um exemplo marcante de uso de instrumentos econômicos para a sustentabilidade, ao fomentar a criação de engenharia institucional e financeira que permita a remuneração dos produtores rurais pela conservação de água e solo em suas propriedades. Outro exemplo de PSA é o Programa de Apoio à Conservação Ambiental, o Bolsa Verde, coordenado pelo MMA e parte do Plano Brasil sem Miséria. O programa em maio de 2012 já atendia mais de 17.000 famílias em Unidades de Conservação assentamentos e comunidades extrativistas, visando Incentivar a conservação e o uso sustentável dos ecossistemas.

Para saber mais:



Programa Nacional de Gestores Ambientais:

<http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=76>

Programa Produtor de Água:

<http://www.ana.gov.br/produagua/>

Bolsa Verde:

<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/bolsa-familia/bolsa-verde/beneficiarios/bolsa-verde>

objetivo 19

RELAÇÕES INTERNACIONAIS E GOVERNANÇA GLOBAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Nos últimos dez anos, no campo das relações internacionais, o Brasil passou a ocupar um espaço de destaque, proporcional a sua nova dimensão econômica, política e de protagonista frente ao tema da sustentabilidade.

O Brasil adotou postura atuante diante das mudanças, ameaças e oportunidades que surgiam no mundo. Nossa diplomacia passou a colocar em prática sua vocação universalista, mas sempre considerando o interesse nacional e mostrando que ele exige uma presença forte no mundo, mas e sem pretensões hegemônicas.

Em função disso, passou a ter um papel central nas negociações comerciais da Rodada de Doha, na Organização Mundial do Comércio (OMC), o Brasil foi convidado a participar das reuniões do G8 e integrou o G20-financeiro, recolhendo as demandas do Sul do mundo e colocando a necessidade de uma reforma radical do ordenamento econômico internacional e das instituições multilaterais, especialmente o FMI e o Banco Mundial.

Em um mundo onde o multilateralismo ganha relevância e caminha em direção à multipolaridade, o Brasil defendeu a reforma das Nações Unidas, considerando que não é mais justificável que seu Conselho de Segurança continue a ter a mesma composição do fim da Segunda Guerra Mundial. A exposição do embate entre países ricos e pobres retornaria à pauta global em dezembro de 2009, na 15ª Reunião das Partes (COP15) sobre Mudanças Climáticas.

Patrocinada pela ONU, a Conferência do Clima, como se tornou conhecida, reuniu delegações, presidentes e chefes de estado de 192 países. Esperava-se muito do Brasil, por sua responsabilidade na preservação da Amazônia. O País correspondeu à expectativa, anunciando

o maior compromisso de redução de emissões gases de efeito estufa – de 36,1% a 38,9%, em dez anos, além de reduzir o desmatamento da Amazônia em 80% no mesmo período. No âmbito nacional, os compromissos assumidos em Copenhague foram materializados através da **Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC)**, sancionada em 29 de dezembro de 2009, que determinou a elaboração de planos setoriais de mitigação e de adaptação às mudanças climáticas consolidando uma economia de baixo carbono. Houve também avanços expressivos na implantação da agenda de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD), destacando-se a seleção do Brasil como um dos países piloto do **Forest Investment Program (FIP)**, programa do Banco Mundial que tornou o País elegível a receber recursos de US\$ 70 milhões para implantação de sua estratégia de REDD.

Em relação à defesa da biodiversidade, a atuação do Brasil no cenário internacional tem sido também de protagonismo. O Brasil tem tido um papel de liderança na implantação da **Convenção sobre Diversidade Biológica**, assinada durante a Rio-92. Em 2006, organizou e sediou a 8ª Conferência das Partes da Convenção (COP 8), em Curitiba. Em outubro de 2010, esteve à frente da coalizão de países que conseguiu aprovar, em Nagoya (Japão), acordo internacional que resguarda a soberania nacional sobre a biodiversidade e garante a repartição dos benefícios comerciais derivados da utilização dos recursos genéticos e dos conhecimentos tradicionais a eles associados, combatendo a biopirataria.

De forma a fortalecer a governança global das estratégias relacionadas ao desenvolvimento sustentável o Brasil defende a Reforma do



Fonte: Banco de imagens Ascom/MMA

Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), transformando-o em Conselho de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, um foro central para a discussão do desenvolvimento sustentável, tratando com igual peso as suas dimensões ambiental, econômica e social, e com respaldo e poder político para oferecer orientação e coordenação para todas as ações do sistema ONU no campo do desenvolvimento sustentável. O fortalecimento – político e financeiro - do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, o PNUMA, é também uma das bandeiras atualmente defendidas pelo Brasil para o aprimoramento da governança ambiental em escala planetária.



Para saber mais:

Política Nacional sobre Mudança do Clima:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12187.htm

Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente:

<http://www.pnuma.org.br/>

Ministério das Relações Exteriores / Política Ambiental:

<http://www.itamaraty.gov.br/temas/temas-multilaterais/meio-ambiente>

Convenção sobre Diversidade Biológica:

<http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=72&idMenu=2335>

objetivo 20

CULTURA CÍVICA E NOVAS IDENTIDADES NA SOCIEDADE DA COMUNICAÇÃO

Esse objetivo da Agenda 21 Brasileira destaca aspectos da dimensão institucional da sustentabilidade, listando ações prioritárias para o fortalecimento da participação da sociedade civil e do reconhecimento dos direitos individuais e coletivos, reconhecendo o papel estratégico dos meios de comunicação para ampliação da cidadania e da justiça ambiental.

Após a publicação da Agenda 21 Brasileira iniciou-se uma nova relação entre o Estado e a sociedade, conferindo maior efetividade aos princípios da democracia participativa, previstos na Constituição Federal de 1988. Na primeira Mensagem enviada ao Congresso Nacional, em 2003, o Presidente da República anunciou a participação social como método de governo. Em 1º de janeiro de 2003, foram redefinidas as atribuições da Secretaria-Geral da Presidência da República, que passou a ser responsável pelo diálogo do Governo com a sociedade civil. Coube à Secretaria-Geral coordenar a constituição de espaços e instrumentos participativos, bem como a formulação de conceitos e procedimentos que passaram a orientar os órgãos de Governo em sua interação com os movimentos sociais e entidades da sociedade civil. Iniciou-se, então, uma mudança completa no modo de elaborar as políticas públicas e, conseqüentemente, na forma de implementá-las e avaliá-las. A partir de 2003, elas passaram a ser debatidas em conjunto com a sociedade civil nas conferências nacionais, nos conselhos, fóruns, mesas de diálogo e ouvidorias. As conferências adquiriram um caráter inovador, com a realização de etapas municipais e estaduais, culminando em uma etapa nacional, e permitiram aos mais variados segmentos da sociedade civil expressarem suas demandas e propostas.

As 73 conferências nacionais realizadas entre

2003 e 2010 mobilizaram diretamente mais de cinco milhões de pessoas em inúmeros municípios brasileiros. Diversas políticas públicas foram objeto de debate, tais como: desenvolvimento, geração de emprego e renda, inclusão social, saúde, educação, meio ambiente, direitos das mulheres, igualdade racial, reforma agrária, juventude, direitos humanos, ciência e tecnologia, comunicação, diversidade sexual, democratização da cultura, reforma urbana e segurança pública, entre muitas outras.

Nestes dez anos que separam a publicação da Agenda 21 Brasileira, diversos conselhos foram criados, tais como: Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, Conselho da Transparência Pública e Combate à Corrupção, Conselho Nacional de Combate à Discriminação, Conselho das Cidades, Conselho Nacional de Segurança Pública, Conselho Nacional de Juventude, Conselho Nacional de Economia Solidária, Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca, entre outros. Muitos foram inteiramente reformulados e democratizados, por exemplo: Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, Conselho Nacional de Saúde, Conselho Nacional do Meio Ambiente e Conselho Nacional de Recursos Hídricos, entre outros. O diálogo social construído ao longo da última década conferiu qualidade e viabilidade a um projeto de desenvolvimento de longo prazo.

Também relacionado a este objetivo da Agenda 21 Brasileira, cabe destacar a criação do **Plano Nacional de Cultura (Lei 12.343/10)**, que definiu 13 princípios de atuação: liberdade



Fonte: Ricardo Rosado Maia/Banco de Imagens IBAMA

de expressão, criação e fruição; diversidade cultural; respeito aos direitos humanos; direito de todos à arte e à cultura; direito à informação, à comunicação e à crítica cultural; direito à memória e às tradições; responsabilidade socioambiental; valorização da cultura como vetor do desenvolvimento sustentável; democratização das instâncias de formulação das políticas culturais; responsabilidade dos agentes públicos pela implementação das políticas culturais.

A ampliação da cidadania e do reconhecimento dos direitos individuais e coletivos foi também objeto de diversas iniciativas ao longo dos últimos dez anos, como, por exemplo a criação em 2003 da Secretaria de Políticas para Mulheres. No mesmo ano, com o objetivo de formular, coordenar e articular as políticas e diretrizes para a promoção da igualdade racial, foi criada a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, tendo seu marco legal o **Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/2010)**.

Para saber mais:

Secretaria Nacional de Articulação Social:

http://www.secretariageral.gov.br/art_social

Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/2010):

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm

objetivo 21

PEDAGOGIA DA SUSTENTABILIDADE: ÉTICA E SOLIDARIEDADE

“A vulnerabilidade da população e do meio ambiente e o potencial de impacto das atividades humanas, apoiadas no fluxo financeiro internacional e no desenvolvimento de tecnologias, exigem a edificação de nova ética, capaz de contribuir para a perenização da vida. Nessa perspectiva, o desenvolvimento sustentável é uma proposta que tem em seu horizonte a modernidade ética e não apenas a modernidade técnica, o que significa incorporar ao `mundo da necessidade’ o novo compromisso com a promoção da vida” (Agenda 21 Brasileira. 2002).

Com esse objetivo a Agenda 21 Brasileira preconiza uma série de recomendações direcionadas à construção de um novo padrão ético, com ações relacionadas aos governos, aos indivíduos e às empresas.

No tocante à gestão pública, a preocupação com a dimensão ética – materializada no combate à corrupção e no aumento da transparência – tem se dado ao longo dos últimos anos através da promoção de uma política integrada de Estado, executada conjuntamente pelos três Poderes. Medidas preventivas, fiscalizadoras e corretivas ganharam espaço na Administração Federal. Paralelamente, tornou-se prioridade o controle dos gastos públicos e da execução de programas, bem como a transparência nas contas da União. Ações importantes no campo da prevenção foram a implantação do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção e do Portal da Transparência, que permite a qualquer cidadão acompanhar, via internet, a destinação dos recursos públicos. A fiscalização do uso da verba federal em municípios e Estados, selecionados a partir de sorteios, foi a principal inovação em termos de controle no que se refere aos recursos da União, tanto pela atividade de fiscalização em si quanto pela mobilização da sociedade em torno do controle social. Ao todo, passaram pela inspeção 1.821 municípios, aos quais haviam sido destinados R\$ 16,2 bilhões em verbas federais. Já nos Estados, foram 77 acompanhamentos, envolvendo R\$ 8,2 bilhões. Adicionalmente, dois Sorteios Especiais monitoraram

110 prefeituras beneficiadas com R\$ 624 milhões de recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Criado em 2004, o **Portal da Transparência** permitiu a todos os cidadãos brasileiros a consulta de dados referentes à execução financeira do Governo, como transferências de recursos para Estados, Distrito Federal e municípios, pessoas físicas ou jurídicas, e ao cadastro de convênios e gastos diretos do próprio Governo. Também tornou possível fazer consultas ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas; a todos os convênios celebrados com a União; às receitas do Governo e aos nomes e cargos/ funções dos servidores públicos em exercício no âmbito federal, além de fornecer dados para os portais da transparência de Estados e municípios.

Para combater a cultura de impunidade e dar efetividade às sanções administrativas já previstas em lei, foi criado um sistema de corregedorias abrangendo todos os órgãos do Poder Executivo Federal de modo a integrar, normatizar e acompanhar o cumprimento das penalidades.

Destaca-se ainda a entrada em vigor no dia 16 de junho de 2012 a Lei de Acesso à Informação Pública, Lei nº 12.527/2011. Com a Lei em vigor, qualquer pessoa pode ter, a partir de agora, acesso a documentos e informações que estejam sob a guarda de órgãos públicos em todos os poderes (executivo, legislativo e judiciário) e níveis de Governo (União, Estados, municípios e Distrito Federal).



Nesse contexto, o papel da Controladoria-Geral da União (CGU) foi representativo do novo modelo de atuação do Governo em relação ao tema. Pautado por um acompanhamento mais direto e eficiente das atividades de controle interno, correição e prevenção, o órgão ganhou coesão e capacidade de articulação com outras instâncias de enfrentamento à corrupção, como a Polícia Federal, o Ministério Público, a Advocacia-Geral da União, os Tribunais de Contas, o Judiciário e o Legislativo. O resultado dessas iniciativas refletiu-se na conscientização do funcionalismo, mas também em ajustes processuais visando a adequada prestação de serviços e a responsabilização funcional na aplicação de advertências e demissões, bem como em apreensões e devolução de dinheiro aos cofres públicos.

Como uma das principais frentes de prevenção, foi instituído, em 2003, o Conselho da Transparência Pública e Combate à Corrupção, vinculado à CGU. Ao órgão colegiado e consultivo, coube realizar estudos e estabelecer estratégias para fundamentar propostas legislativas e administrativas, formular diretrizes, sugerir melhorias, hierarquizar projetos e ações e atuar como instância de articulação e mobilização da sociedade civil organizada.

No âmbito da educação para a ética e a cidadania, bem como para fomentar a participação social, a política de combate à corrupção criou o **Programa Olho Vivo no Dinheiro Público**, contemplando 1.639 municípios com encontros presenciais que mobilizaram e capacitaram mais de 36,5 mil cidadãos até 2011. Propiciou ainda a realização do **1º Seminário Nacional de Controle Social (2009)** e de cursos à distância, os quais capacitaram, entre 2007 e 2009, 8,2 mil cidadãos quanto ao uso correto do dinheiro público.

O Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parcerias (Siconv), também chamado Portal dos Convênios, de 2008, representou outro passo em direção à transparência e ao controle social das despesas orçamentárias da União.

O Siconv desenvolveu uma sistemática de transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse: disponibilizando, para todos os usuários do portal, em plataforma web, todo o fluxo de operações das transferências voluntárias da União a Estados, municípios e entidades privadas sem fins lucrativos. O sistema viabilizou ainda a economia de recursos para os entes conveniados, uma vez que praticamente todas as etapas de execução e prestação de contas da utilização dos recursos passaram a ser feitas no próprio Siconv.



Orçamento Federal ao alcance de todos



A partir de 1º de setembro de 2008, todos os atos de credenciamento, celebração, alteração, liberação de recursos, acompanhamento da execução do projeto e a prestação de contas somente podem ser viabilizados através da Internet. Por meio do endereço www.convenios.gov.br, a sociedade pode acompanhar a execução dos contratos pela Internet e verificar a aplicação dos recursos públicos.

**ORÇAMENTO FEDERAL
AO ALCANCE
DE TODOS**



Para saber mais:

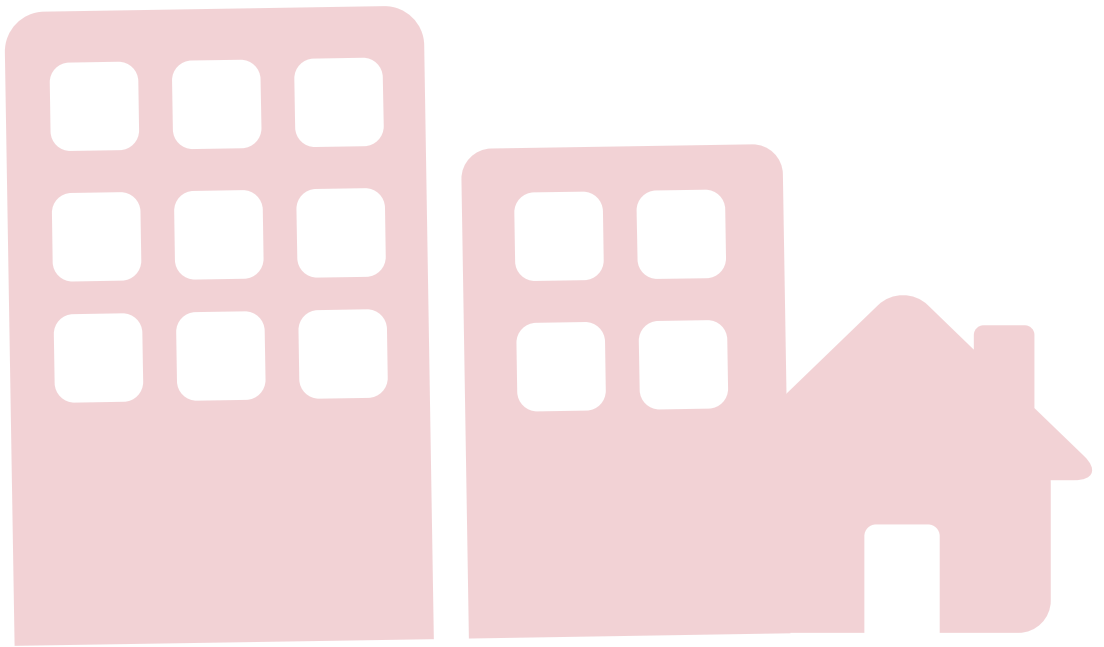
Secretaria Nacional de Articulação Social:

http://www.secretariageral.gov.br/art_social

Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/2010):

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm







Considerações finais

Neste documento foram apresentados alguns exemplos de ações e políticas públicas que ilustram o progressivo processo de internalização da preocupação socioambiental pelo Brasil. Esse inegável avanço – à luz dos dez anos de publicação da AG21 Brasileira e vinte anos da Agenda 21 Global – é evidenciado pelo exercício aqui realizado, de registro de um leque expressivo dentre as principais conquistas rumo a um modelo de desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Como saldo desse balanço merecem ser destacados: o dinamismo econômico alcançado, aliado ao combate à pobreza; o crescimento do emprego formal; a melhor distribuição de renda; a melhora na segurança alimentar e nutricional; o enfrentamento da mudança do clima, com compromissos voluntários e planos setoriais de redução de emissões; a conservação da biodiversidade; a ampliação e diversificação da matriz energética, com ênfase em fontes renováveis. No campo político, essas conquistas foram alicerçadas e garantidas pela consolidação de um Estado democrático de direito, com fortalecimento das instâncias de participação e controle social e ampliação do leque de direitos individuais e coletivos. O Brasil, obviamente, tem ainda grandes desafios a serem superados. Nos centros urbanos, cabe garantir a universalização dos serviços de saneamento ambiental, protegendo o ambiente e a saúde das populações. A questão da mobilidade urbana é também um problema a ser continuamente enfrentado, exigindo a articulação de diversas políticas setoriais. De maneira a garantir a formação de capital humano e social, insumo fundamental na jornada rumo ao desenvolvimento sustentável, cabe ao País a tarefa de aprimorar a qualidade da educação e intensificar o progresso científico e tecnológico. Frente a tais desafios – compatíveis com o estágio de desenvolvimento brasileiro – podemos afirmar que o Brasil vem trilhando, passo a passo, sua corajosa jornada rumo a se tornar uma sociedade mais justa, igualitária e sustentável.

Dessa forma, cabe destacar que a AG21 Brasileira – publicada há mais de uma década – permanece atual e moderna, conectada aos desafios contemporâneos, em suas dimensões local, nacional e global. Os 21 objetivos presentes na AG21 Brasileira confirmam-se como referência primordial para essa jornada, sendo aqui salientado seu papel como um instrumento importante para balizar políticas públicas e também como instrumento de planejamento para o desenvolvimento sustentável.

O texto inicial de discussão da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – conhecida como Rio+20 – dito “Rascunho Zero”, reafirma o compromisso de promover o progresso da implementação da Agenda 21, o que aponta a necessidade de fortalecimento da Agenda 21 como instrumento de planejamento e integração de políticas para o desenvolvimento sustentável. Tal documento também ressalta que a ampla participação pública nas tomadas de decisões é um requisito fundamental para o alcance do desenvolvimento sustentável, o que corrobora com os princípios da AG21 Brasileira.

A Conferência será um grande norteador para os passos futuros da Agenda 21 Brasileira, e espera-se que algumas destas dificuldades possam ser dirimidas e novas metas de implementação possam ser acordadas e alcançadas, promovendo a integração dos três pilares do desenvolvimento sustentável, o fortalecimento das capacidades institucionais e da cidadania ambiental, o intercâmbio de experiências e a efetiva participação social.



Lista de siglas

A3P - Agenda Ambiental na Administração Pública

ANA - Agência Nacional de Águas

ComCerrado - Rede de Cooperação em Ciência e Tecnologia para Conservação e Uso Sustentável do Cerrado

CTBE - Laboratório Nacional de Ciência e Tecnologia do Bioetanol

ENCEA - Estratégia Nacional de Educação Ambiental em Unidades de Conservação (e seus entornos)

FIP - Forest Investment Program

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

INPP - Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal

MDL - Mecanismo de Desenvolvimento Limpo

MUNIC - Pesquisa de Informações Municipais

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PAS - Programa Amazônia Sustentável

PBF - Programa Bolsa Família

PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação

PEAMSS - Programa Nacional de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento

PLDS - Plano Local de Desenvolvimento Sustentável

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar

PNAE - Política Nacional de Alimentação Escolar

PNDR - Política Nacional de Desenvolvimento Regional

PNDU - Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano

PNMC - Política Nacional sobre Mudança do Clima





PNPB - Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel

PNRS - Política Nacional de Resíduos Sólidos

PNT - Política Nacional de Trânsito

PPCDAm - Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal

PPCS - Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis

PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica

Pró-Centro-Oeste - Rede Centro-Oeste de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação

PRODES - Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas

Programa ABC - Programa Agricultura de Baixo Carbono

Pronaf - Programa Nacional de Agricultura Familiar

ProNEA - Programa Nacional de Educação Ambiental

PSA - Políticas de Pagamento por Serviços Ambientais

RCEs - Reduções Certificadas de Emissões

REBAL - Rede Brasileira de Agendas 21 Locais

Rede Bionorte - Rede de Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia Legal

Ridesa - Rede Interuniversitária para o Desenvolvimento do Setor Sucroalcooleiro

Samu 192 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

Sislic - Sistema Informatizado de Licenciamento Ambiental

Sisnama - Sistema Nacional de Meio Ambiente

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SUS - Sistema Único de Saúde

ZAE Cana - Zoneamento Agroecológico da Cana-de-açúcar

ZEE - Zoneamento Ecológico-Econômico

Equipe Técnica Agenda 21

Aida Rodrigues Feitosa

Antonia Samir Ribeiro

Carlos Dantas

Cícera da Silva

Erick Aguiar

José Delfino da Silva Lima

José Marcius Coradine

Graziele Ramalho Lopes

Kelma Mariana Aguiar

Letícia Alves

Maura Machado Silva

Patrícia Ramos Mendonça

Rafael Honorato

Agradecimentos

Banco de Imagens Núcleo Caatinga/DAP/SBF/MMA

Banco de Imagens Ascom/MMA

Banco de Imagens ANA

Banco de Imagens CNIA/IBAMA

Banco de Imagens Ascom/MDA

Ministério do
Meio Ambiente

